



V. 1, N. 1, Julho de 2010

MUJIMBO
Revista de Estudos Étnicos e Africanos

Editoras Responsáveis: Lia Laranjeira; Viviane de Oliveira Barbosa

Comissão Editorial: Antonio Evaldo Almeida Barros; Fabiana Lima; Juan Pablo Estupiñan; Juipurema Sarraf Sandes; Lia Laranjeira; Luiza Reis; Marílio Wane; Simone Santos; Viviane de Oliveira Barbosa.

Conselho Editorial: América César (UFBA); Ângela Figueiredo (UFRB); Angela Lühning (UFBA); Antonieta Antonacci (PUC-SP); Carmem Lúcia T. R. Secco (UFRJ); Dagoberto Fonseca (UNESP); Delcele M. Queiroz (UNEB); Elísio Macamo (Universität Basel/Suíça); Filimone Meigos (ISAC/Moçambique); Ibrahima Thiaw (IFAN/Senegal); Jeferson Bacelar (UFBA); João Reis (UFBA); Jocélio T. dos Santos (UFBA); José Maia B. Neto (UFPA); Keisha-Khan Y. Perry (Brown University/EUA); Livio Sansone (UFBA); Lucilene Reginaldo (UEFS); Luis Nicolau Parés (UFBA); Luz Adriana M. Restrepo (Uniandes/Colômbia); Maria Helena P. T. Machado (USP); Maria Rosário G. de Carvalho (UFBA); Marcelo Cunha (UFBA); Marise de Santana (UESB); Miriam Rabelo (UFBA); Moema Parente Augel (Universität Bielefeld/Alemanha); Omar Thomaz (UNICAMP); Ordep Serra (UFBA); Rachel de Oliveira (UESC); Rafael Chamboleyron (UFPA); Regina Helena Martins de Faria (UFMA); Robert Slenes (UNICAMP); Salomão Jovino da Silva (Aruanda Mundi-SP); Selma Alves Pantoja (UNB); Sérgio Ferretti (UFMA); Valdemir Zamparoni (UFBA); Wilson Trajano Filho (UNB); Wlamyra Albuquerque (UFBA); Xavier Vatin (UFRB).

MUJIMBO-Revista de Estudos Étnicos e Africanos é uma publicação on-line, de periodicidade anual, editada pelos discentes do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), vinculado ao Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia. Seu objetivo fundamental é estimular e divulgar a pesquisa e o debate na área dos estudos étnicos, étnico-raciais, afro-americanos e africanos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: Naomar Monteiro de Almeida Filho

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: João Carlos Salles Pires da Silva

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS

Coordenador: Jocélio Teles dos Santos

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS

Diretora: Paula Cristina Barreto

SUMÁRIO

ARTIGOS

- DO "PRETO-FORRO" JOÃO GONÇALVES À "MORENA" FULÔ: Pretos, Negros, Mestiços e a Formação do Sertão da Ressaca (*Washington Santos Nascimento*)05
- O "THEATRO DA DESONRA": Representações Senhoriais e Práticas Repressivas no Quotidiano de uma Expedição Antiquilombo – Barra do Rio de Contas, 1835 (*Valdinéa Sacramento*).....22
- POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNEB: Memórias de um acontecimento histórico (*Valdélío Santos Silva*).....49
- ENSINO DE HISTÓRIA E OS NOVOS DESAFIOS CURRICULARES: Discursos, Representações e Formação de professores (*Cristiano Bispo*).....59
- POESIA AFRO-BRASILEIRA DA MEMÓRIA (*Simone de Jesus Santos*).....70

APRESENTAÇÃO

É com prazer que o corpo discente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (PÓS-AFRO/UFBA) lança o primeiro número de *Mujimbo—Revista de Estudos Étnicos e Africanos*.

Na língua quimbundo, a palavra *mujimbo* significa notícia, boato ou rumor e expressa o nosso desejo de consolidar a Revista como um canal de divulgação dos estudos étnicos, étnico-raciais, afro-americanos e africanos, cujo interesse cresce significativamente no Brasil.

Para este número inaugural foram aprovados cinco artigos de pós-graduandos da UFBA, UERJ e USP, os quais revelam o caráter multidisciplinar do periódico: escravidão no Brasil, educação com interface em políticas de ações afirmativas e literatura afro-brasileira.

Os temas básicos abordados nos artigos referem-se a escravidão no Brasil, educação com interface em políticas de ações afirmativas e literatura afro-brasileira. O artigo de *Washington Santos Nascimento* aborda a importância do núcleo familiar do afro-descendente João Gonçalves da Costa na construção de uma elite mestiça na região de Vitória da Conquista (sudoeste do Estado da Bahia), a partir do século XVIII. Já *Valdinéa Sacramento* analisa a intensa mobilização dos quilombolas do sul da Bahia, organizados nos “Quilombos do Borrachudo” e explicita as estratégias de repressão bem como as representações das autoridades locais durante o século XIX.

Um dos artigos relacionados à educação, de autoria de *Valdélis Santos Silva*, trata das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas a partir de uma análise dos debates nacionais e da implantação do sistema de cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual da Bahia (UNEB). O texto de Cristiano Bispo, por sua vez, tem como foco a formação de professores do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas diante da Lei 10.639/03. O autor propõe a necessidade de “novos discursos” que contemplem a História da África Antiga.

O artigo de *Simone de Jesus Santos* fecha esta edição com análises sobre o fazer poético de três escritores afro-brasileiros que se inspiram na história de africanos e afrodescendentes na diáspora. Escravidão e memória são alguns temas abordados, os quais se relacionam com os demais textos publicados nesta edição.

Finalmente, agradecemos ao Pós-Afro que, através da CAPES, apóia a publicação deste periódico, a UFBA que hospeda o sítio da *Mujimbo* e a todos os pareceristas que, de bom grado, aceitaram ler e comentar os artigos propostos.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Salvador, julho de 2010.

Comissão Editorial.

**DO “PRETO-FORRO” JOÃO GONÇALVES À “MORENA” FULÔ:
 Pretos, Negros, Mestiços e a Formação do Sertão da Ressaca**

*Washington Santos Nascimento**

RESUMO

Este artigo tem por propósito fazer uma discussão sobre o papel que “pretos”, negros e mestiços tiveram na formação do Sertão da Ressaca, hoje região de Vitória da Conquista, sudoeste do Estado da Bahia. Discute-se, especialmente, a importância do núcleo familiar formado a partir do “preto-forro” português João Gonçalves da Costa neste processo. Para tanto, faz-se uso de relatos de cronistas locais e de viajantes, de documentos eclesiásticos e cartoriais, como testamentos e processos cíveis.

Palavras-chave: Negros. Sertão da Ressaca. História.

RESUMEN

El artículo tiene como propósito hacer una discusión sobre el papel que “pretos”, negros y mestizos tuvieron en la formación del Sertão da Ressaca, hoy región de Vitória da Conquista, suroccidente del Estado de Bahia. Se discute especialmente la importancia del núcleo familiar formado a partir del “preto-forro” português João Gonçalves da Costa en este proceso. Para ello se hace uso de relatos de cronistas locales y de viajeros; de documentos eclesiásticos y notariales como testamentos y procesos civiles.

Palabras clave: Negros. Sertão da Ressaca. Historia.

ABSTRACT

This article discusses the role that “blacks”, negroes and mestiços played in the social formation of the hinterlands of Ressaca, currently the region of Vitória da Conquista, in the southwest of the state of Bahia (Brazil). Specifically, it examines the significance of the familiar nucleus formed around the Portuguese “preto-forro” João Gonçalves da Costa. To achieve this goal, the article analyses both local chronicler’s and traveler’s reports, in addition to religious and notary documents such as wills and civil judicial processes.

Keywords: Blacks. The Ressaca Hinterland (Sertão da Ressaca). History.

* Mestre em Ciências Sociais – Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: washingtonprof@gmail.com

A história de boa parte das cidades do sudoeste baiano (Vitória da Conquista, Planalto, Encruzilhada, Poções, Boa Nova e Manuel Vitorino) está ligada à formação e expansão do grupo familiar formado pelo “preto-forro” português João Gonçalves da Costa. Em fins do século XVIII¹, ele foi o primeiro preposto de Portugal a ocupar economicamente a região que em tempos remotos era denominada Sertão da Ressaca².

Segundo Maria Aparecida de Sousa (2001) e Isnara Ivo (2007), João Gonçalves provavelmente nasceu em 1720, na cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, Portugal (SOUSA, 2001, p. 19; IVO, 2005). Era integrante do Terço de Henrique Dias, uma milícia organizada no início do século XVII, composta majoritariamente por negros e com o propósito de combater índios, quilombos e outros inimigos da Coroa Portuguesa. Segundo Hebe Matos (2006, p. 29), o Terço de Henrique Dias surgiu em Pernambuco, nos primeiros anos da guerra de resistência à ocupação holandesa, quando ele foi nomeado “Governador e Cabo de Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil”.

Devido à sua participação no citado Terço, João Gonçalves recebeu, em data imprecisa, a patente de capitão. De acordo com as ordens de André de Mello e Castro, governador do Estado da Bahia na época, o conde de Galveas diz o seguinte:

[...] porquanto se faz preciso [...] criar de novo o posto de capitão do terço de Henrique Dias [...] pela presente elejo e nomeio [...] capitão da gente preta que servirá na conquista e descobrimentos do mestre de campo João da Silva Guimarães que Vossa Majestade teve por bem criar de novo na pessoa de João Gonçalves da Costa: preto forro³.

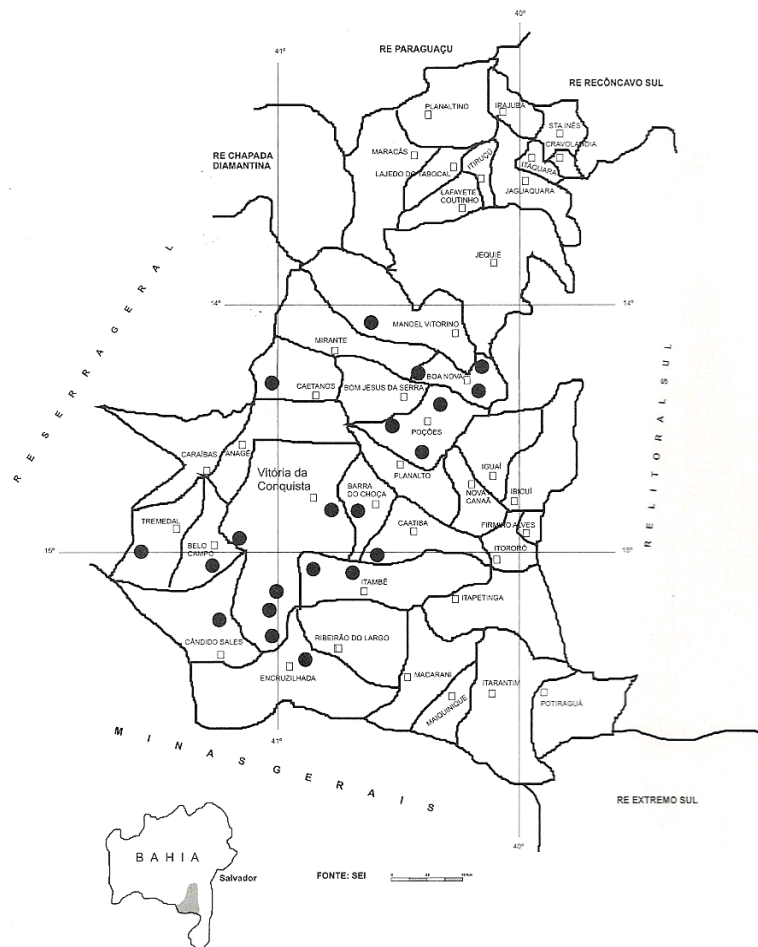
Outro indício de que João Gonçalves da Costa era descendente de africanos é que, mesmo antes da descoberta desse documento, na memória da população conquistense mais velha, essa era uma verdade. Os livros dos cronistas locais Aníbal Viana (1982) e Israel Orrico (1982)

¹ É provável que ao chegar à Região ele tenha encontrado índios e negros fugidos, como André da Rocha Pinto, em Brejo Grande (hoje Ituaçú), localidade vizinha ao Sertão da Ressaca. Para mais informações, ver NASCIMENTO (2007).

² É importante destacar que a atual região sudoeste da Bahia não corresponde em toda a sua extensão ao que era denominado Sertão da Ressaca. Essa denominação é válida somente para as cidades anteriormente citadas. O nome Ressaca, segundo Ruy Medeiros, é um termo de uso da geografia popular que significa “funda baía de mato circundada por serra”, expressão aplicada às terras existentes entre o Rio Pardo e o Rio das Contas. Ver MEDEIROS apud SOUSA (2001, p. 19).

³ Patentes e Alvarás do Governo (1738-1745). APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. 356 apud SOUSA (2001, p. 68).

pautados, em grande parte, nos relatos orais das pessoas mais antigas da cidade confirmam o fato. Segundo estes mesmos cronistas (VIANA, 1982; ORRICO, 1982; TANAJURA, 1992), todos os seus descendentes diretos (filhos e alguns netos) eram reconhecidamente mestiços, o que constitui mais uma evidência.



● Localização aproximada de algumas fazendas da família Gonçalves da Costa
(Fonte: Inventários/pesquisador Ruy Hermann A. Medeiros)

Fonte: SOUSA (2001)

Aparentemente, no intuito de branquear a sua descendência, João Gonçalves casou-se com Josefa da Costa, branca, nove anos de idade⁴,

⁴ Essa informação ainda não está plenamente confirmada, mas, segundo os dados de Maria Aparecida Sousa, dificilmente ela teria mais do que doze anos. Ver SOUSA (2001).

filha de um dos homens mais ricos da região de Rio de Contas, Mathias João da Costa. João Gonçalves nada herdara do espólio de seu sogro, provavelmente pelo dispositivo testamentário escrito por Mathias, segundo o qual, todos aqueles seus filhos “que se casarem com mulher e homem que não for branco e cristão” nada receberiam⁵.

Esse dispositivo é interessante porque confirma a ascendência africana de João Gonçalves e, noutro aspecto, não indica ausência de boas relações com seu sogro, pois, dificilmente, ele teria casado com a filha de um homem rico e poderoso da região de Rio de Contas, sem o consentimento do mesmo.

Mesmo sem a herança do sogro, João Gonçalves da Costa enriqueceu e se tornou o mais importante personagem da ocupação européia no Sertão da Ressaca. Com base na pesquisa de Ruy Medeiros, reproduzida em Sousa (2001), observamos que as propriedades desse grupo familiar se espalharam por uma vasta extensão de terra dessa região (ver ilustração da página anterior).

Em 1780, através de um ofício redigido em Lisboa, o ex-governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, escreveu ao Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, sobre a Capitania dos Ilhéus, e, ao descrever João Gonçalves, salienta a existência de índios domésticos e alguns escravos ao seu lado:

[...] um homem com sua família, vivia nas cabeceiras da citada capitania, no sertão da ressaca, chamado João Gonçalves, o qual obrigando-se, não sei o motivo, por aquele deserto por dilatado tempo, não logrou ver fruto do seu trabalho, pois lhe roubavam os índios bravos e as onças que eram em grande número, mas como se lhe foram agregando alguns casos de índios domésticos e teve com que comprar alguns escravos; hoje tem no rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegados das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado com que fornecem os açougues da Vila de Jaguaripe, povoação de Nazareth e Aldeia, tendo a fazer dilatado caminho pra lhe introduzir os gados.⁶

Por volta do ano de 1817, o príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, ao passar pela localidade, destaca o algodão e a criação de gado como os principais empreendimentos econômicos feitos tanto pelo João Gonçalves como pelo seu filho Antonio Dias de Miranda (NEUWIED apud VIANA, 1982, p. 24)

⁵ Documento apud SOUSA (2001).

⁶ Ofício do ex-governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a Capitania dos Ilheos. Lisboa. 12 de agosto de 1780 (IVO, 2005). Sobre a presença escrava na região, ver artigo NASCIMENTO (2009).

O algodão parece ser o gênero agrícola com maior plantio na região. Desde finais do século XVIII já há referências ao seu cultivo na região vizinha que hoje corresponde às terras da atual cidade de Jequié. Um dos precursores de sua colonização, João de Sá Bittencourt Accioli, faz a seguinte consideração sobre suas atividades por volta do ano de 1799: “[...] e deu principio a um estabelecimento de plantação de algodão nas margens do rio de Contas, em lugar que o mais próximo vizinho lhe ficava a 20 léguas de distância comprando os terrenos ao conquistador capitão-mor João Gonçalves da Costa”⁷.

Accioli estava convencido de que o algodão era a resposta para as necessidades da região. Por volta do início do século XIX, ao “recolher-se” em sua fazenda, nas margens do Rio das Contas, continuou a desenvolver a cultura do algodão e “[...] instruindo e animando a todos os moradores de Conquista, hoje Vitória, a dedicarem-se a este ramo de cultivo” (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1910 Apud VALADARES, 2006, p. 181). Entretanto, ao que parece, como destaca o príncipe Maximiliano, João Gonçalves dedicou-se sobretudo ao comércio de gado que, segundo o príncipe, era o negócio mais rentável naquela área do sertão (NEUWID Apud AGUIAR, 2007, p. 34).

Ao encontrar João Gonçalves na então fazenda Cachoeira, atual cidade de Manoel Vitorino, também sudoeste do Estado da Bahia, Maximiliano afirma: “Desejava vivamente travar conhecimento com esse homem, que foi o primeiro a abrir estradas praticáveis no ‘sertão’ e que combateu os índios de todas as bandas, pois esperava dele colher informações autênticas sobre a região” (NEUWIED apud VIANA, 1982, p. 31).

O príncipe não colheu “informações autênticas” sobre a região, mas uma “biografia” ditada pelo próprio João Gonçalves sobre suas atividades:

Na idade de 16 anos, seguia sua vocação, que era de conhecer terras distantes. Abandonou sua pátria, Portugal, e veio estabelecer-se no meio das montanhas selvagens do sertão da capitania da Bahia, onde se abria, às suas energias, um vasto campo de atividades para muitos anos (NEUWIED apud VIANA, 1982, p. 31).

O que segue a partir daí é uma narrativa em torno de sua valentia ao combater índios e onças. O príncipe Maximiliano em nenhum

⁷ Percebemos que ele inclui o Dias no sobrenome de João Gonçalves, talvez essa “confusão” tenha se dado porque um dos filhos de João Gonçalves tinha Dias no seu sobrenome (Antonio Dias de Miranda). (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1910 Apud VALADARES, 2006, p. 180)

momento faz referência ao fato de João Gonçalves ser um descendente de africanos, um “preto-forro”; talvez a sua “bravura”, o fato de ter se casado com uma mulher “branca” e, principalmente, a riqueza que conseguira acumular o tenha embranquecido. Apenas em um momento ele menciona os negros e a relação deles com João Gonçalves:

Os negros, com as sua choças construídas em torno da habitação do senhor coronel João Gonçalves da Costa, na fazenda Cachoeira, formaram uma pequena aldeia, cuja situação nada tem de agradável, pois dela não se descortina sinão uma vista triste e inanimada, que me fez lembrar as pinturas de paisagens africanas⁸.

É também nesse período, início do século XIX, que ele obteve o reconhecimento público de parte da nobreza portuguesa, como podemos depreender num ofício de 1807, de autoria do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia sobre a exploração das margens do Rio Pardo: “[...] não produz um século um homem do gênio deste capitão-mor, tem 80 e tantos anos e todas as suas paixões tendem a estas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu e arrisca freqüentemente a própria vida”.⁹

É provável que, em 1819, João Gonçalves veio a falecer na Fazenda Cachoeira, anteriormente relatada pelo príncipe Maximiliano (SOUZA, 2007, p. 137). Ao casar-se com Josefa, João Gonçalves teve oito filhos, todos mestiços¹⁰. Fora do casamento, porém, também teve um filho, Raymundo Gonçalves da Costa, que, segundo Viana (1982), Orrico (1982) e Tanajura (1992), teria sido fruto de um relacionamento com uma descendente cabo-verdiana, chamada Carlota (ORRICO, 1982, p. 86), “[...] como afirmam algumas pessoas mais idosas consultadas”, nos diz Viana (1982, p. 70).

Segundo Sousa (2001), Raymundo morava na Fazenda Morrinhos, que distava oito quilômetros da atual cidade de Poções, região da Imperial Vila da Vitória, e lá falecera em 1831. Era, ao que parece, um dos filhos “favoritos” do João Gonçalves da Costa, que elogiava a sua coragem no enfrentamento dos Botocudos, os mais aguerridos índios do

⁸ Príncipe Maximiliano de Wied Newied Apud VIANA (1982, p. 31).

⁹ Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXXVIII, Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, feito por ALMEIDA, Ed. de C. p. 455. Ofício do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do Rio Pardo, pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa. 31.03.1807.

¹⁰ São eles Antonio Dias de Miranda, João Dias de Miranda, Lourença Gonçalves Castelo, Joana Gonçalves da Costa, José Gonçalves da Costa, Faustina Gonçalves da Costa, Manuel Gonçalves da Costa e Maria Gonçalves da Costa.

Sertão da Ressaca. Tal qual o pai, Raymundo teve filhos ilegítimos com mulheres negras que receberam sua herança.

Um dos filhos de João Gonçalves da Costa, Antonio Dias de Miranda, casou-se com a viúva Lucinda de Uruba, que, com o casamento, passou a se chamar Lucinda Gonçalves da Costa e que já tinha alguns filhos, dentre eles Joaquim José Sampaio. Este, quando passou a morar com o padrasto e a mãe na fazenda Uruba, atual região da cidade de Poções, “à face dos altares”, ou seja, na Igreja, casou-se com uma ex-escrava de seu padrasto, chamada Bibiana, com quem teve sete filhos. Entretanto, ela fora casada com Cosme “de tal”, crioulo, também escravo de Antonio Dias de Miranda¹¹.

Nesse caso, temos um enteado que se envolve com uma escrava de seu padrasto, Bibiana; envolvimento ocorrido antes do falecimento do seu marido Cosme, quando ainda estava casada com ele, pois diz o próprio Joaquim em seu testamento: “[...] durante o tempo de seu primeiro marido teve ela e eu a fraqueza de ter três filhos”¹². Após a morte de Cosme, Bibiana e Joaquim tiveram mais quatro filhos¹³.

Segundo Sousa (2001), não se sabe por que Joaquim esperou tanto tempo para assumir a ex-escrava, pois, como “enteado do capitão-mor, que também era senhor da mãe de seus filhos, não precisaria esperar pela morte de Cosme para admitir um relacionamento que vinha de longa data” (SOUSA, 2001, p. 138).

Esse reconhecimento aconteceu somente em seu testamento, ao deixar escravos e bens para os seus filhos com a ex-escrava Bibiana:

[...] a meu filho Florindo Elias Sampaio um escravo africano de nome João [...] a meu filho João Álvaro [...] um moleque crioulo de nome Domingos [...] a minha filha Guilhermina [...] um escravo crioulo de nome Bernardo Machado [...] uma escrava de nome Luzia [...] a minha filha Maria [...] um escravo Francisco Cabra [...] a minha filha Domitilia [...] o escravo Luis Africano [...] a escrava Basilda crioula [...] a minha filha Romoalda [...] o escravo Francisco Africano [...] a escrava Antonia Crioula [...] a minha filha Leopolda [...] o escravo felizardo crioulo.¹⁴

Vemos, assim, ex-escravos que recebem como herança outros escravos, os quais, provavelmente, viviam com eles. Bibiana tinha um filho

¹¹ Testamento de Joaquim José Sampaio, 1874. Caixa Diversos 1874. AFJM/BA.

¹² Foram filhos desse período: Florindo Elias Sampaio, João Álvaro Sampaio e Guilhermina Ferreira da Rocha.

¹³ Maria Joaquina da Encarnação, Domitilia Maria da Conceição, Romoalda Maria do Espírito Santo e Leopolda Maria da Conceição.

¹⁴ Inventário de Joaquim José Sampaio, Caixa Inventários n. 12 (1871-1874). AFJM, Vitória da Conquista/BA .

com Cosme, de nome Serafim; mesmo sendo filho dela, continuou sendo cativo do mesmo Joaquim, seu padrastrô. Apenas com a morte de Joaquim é que, por dispositivo testamentário, Serafim deveria ficar livre.

No testamento de Joaquim, percebemos que ele estava preocupado com a possibilidade de seus filhos não receberem a herança, pois afirma: “[...] e se por acaso, e se por minha infelicidade não poderem em direito herdar nas duas partes de meus bens os meus três filhos havidos com minha mulher no tempo do seu primeiro matrimonio serão estes exclusivamente herdeiros de minha terça”.¹⁵

O processo de partilha, aparentemente, se deu sem problema, e os filhos de Joaquim e Bibiana concordaram em alforriar, além de Serafim, outro escravo, Simão, que tinha entre 70 e 80 anos de idade. Como não está esclarecido o porquê da alforria, podemos fazer duas especulações: teria sido em decorrência da idade de Simão, ou Simão era parente dos filhos de Joaquim e Bibiana¹⁶.

Tia “emprestada” de Joaquim, Faustina Gonçalves da Costa foi uma das filhas de João Gonçalves da Costa que mais alcançou riqueza e prestígio. Segundo Viana (1982), “conforme narração de pessoas idosas que ouviram de seus antecessores”, Faustina era uma “bela mulata”. De seu casamento com o português Manoel de Oliveira Freitas teve três filhos: Tereza de Oliveira Freitas, Vitória de Oliveira Freitas e João de Oliveira Freitas.

O terceiro filho de Faustina e Manoel, João de Oliveira Freitas, casou-se inicialmente, com Maria Clemência do Amor Divino com quem teve cinco filhos¹⁷. Em data imprecisa separou-se de Maria Clemência, pois mantinha uma relação extraconjugal com a escrava Maria Bernarda¹⁸.

Foi feita uma partilha, na qual João doou um terço de seus bens (avaliados em doze contos de réis) para os seus filhos com Maria Bernarda. Segundo ele, pelo “[...] reconhecimento que devia fazer alguns benefícios aos filhos de Maria Bernarda criados por ele doador, lhes fizera doação aproveitando também o ensejo de dar a seus filhos legítimos

¹⁵ Idem

¹⁶ Outro escravo também é alforriado, Bernardo crioulo, de 62 anos. Entretanto, nesse caso, o escravo é quem compra a sua alforria.

¹⁷ Joana Maria de Oliveira, Jorge de Oliveira Freitas, Umbelina Maria de Oliveira, Joaquim de Oliveira Freitas e Isabel Maria de Oliveira.

¹⁸ Processo de insinuação a doação intervivos feito pelo capitão João de Oliveira Freitas, 1871. Caixa Diversos 1871, AFJM/BA.

com igualdade”.¹⁹ Percebemos nesse ato o reconhecimento dos filhos ilegítimos.

Para provar que doava os valores de livre e espontânea vontade, João de Oliveira Freitas registrou na justiça um “Processo de insimação a doação intervivos”, em que seus vizinhos Manoel Rodrigues de Oliveira Barbosa, Raimundo Ferreira de Alcântara e Thomaz de Aquino Lemos foram chamados a depor sobre a espontaneidade das doações. Todas as testemunhas disseram que ela foi feita espontaneamente e que o capitão ainda reservara a importância de “dezoito contos de réis” para a sua sobrevivência. A doação foi feita principalmente em escravos, como podemos ver no quadro a seguir.

Quadro 1

Filhos da ex-escrava Maria Bernarda	Escravos Recebidos
Higina	Dionísia, crioula de 12 anos
Inácio	Theofila, crioula de 11 anos
Rosa	Justina, crioula de 18 anos
Engracio	Marcelina, crioula de 2 anos
Euflosina (Fulo)	Martinha, crioula de 2 anos
Felismina	Maria Jeronina, crioula.
Martiniano	Roberta, crioula

Fonte: AFJM, Vitória da Conquista, BA, “Autos de partilha amigável e inventário procedida entre o capitão João de Oliveira Freitas e seus filhos”, Caixa Diversos, número 12 (1867).

Todos os filhos de Maria Bernarda receberam escravas, todas crioulas e com pouca idade. A análise dos documentos nos mostra que Maria Bernarda residia na Imperial Vila da Vitória e faz ao menos supor que João de Oliveira Freitas, mesmo casado com Maria Clemência do Amor Divino, teria comprado ou alugado uma casa para Maria Bernarda e seus filhos (também filhos dele).

João de Oliveira Freitas criou também um dispositivo para evitar a dispersão de seu espólio: “[...] e sendo que faleça algum destes herdeiros instituídos sem deixarem descendentes legítimos, não poderão os bens herdados passarem de mãos aos demais herdeiros já mencionados e nem a sua mão, e nem a mais filhos que esta tenha”.²⁰

Em 1872, com a morte de João de Oliveira Freitas, o seu testamento é cumprido. Nesse momento percebemos que alguns dos filhos de Maria Bernarda com João de Oliveira Freitas não estavam morando com a mãe, mas com Manoel Oliveira e Umbelina Maria de Oliveira, essa última,

¹⁹ Idem

²⁰ Testamento de João Oliveira Freitas, 1871. Caixa Diversos 1871, AFJM/BA

filha legítima do mesmo João de Oliveira Freitas e Maria Clemência, sua primeira mulher.

Manoel e Umbelina se tornaram tutores dos filhos de Maria Bernarda com João Freitas, o que nos leva a questionar se esse ato não seria uma forma de manter concentrada a riqueza da família ou, ainda, uma forma de Maria Bernarda, provavelmente, malvista pelos filhos de João e Maria Clemência, nada receber (mesmo indiretamente) do espólio de João Freitas. São questionamentos aos quais não podemos ainda responder.

Maria Bernarda não se manteve quieta e entraria, em 1882, com uma petição requerendo a emancipação de Rosa, filha dela com João Freitas. No Registro de Batismo de Rosa, podemos perceber as imbricadas teias familiares estabelecidas, pois os padrinhos dela eram Joana Maria de Oliveira e Vital Correia de Melo, respectivamente filha e cunhado de João de Oliveira Freitas.

Desse requerimento, o que posso presumir é que Maria Bernarda estava tentando deixar junto de si alguma herdeira, o que é obstado pelo tutor Joaquim Primo, filho legítimo de João Freitas, Maria Clemência e o meio irmão dos filhos de Maria Bernarda: “[...] a referida tutelada, além de ser parálitica de todo o lado direito, em consequência de grave moléstia que sofreu na infância, é completamente desapisada e, conseqüentemente incapaz de administrar sua pessoa e bens”.²¹

O juiz deu ganho de causa a Joaquim Primo, mas as disputas em torno do controle dos bens herdados perduraram e em 1883, novamente, Maria Bernarda entrou na justiça com o pedido de emancipação para seu filho Engracio de Oliveira Freitas, com o qual a justiça concordou. Pelo documento apresentado, notamos que o padrinho de Engracio era o seu meio-irmão (filho de João Freitas e Maria Clemência). Ao que parece, todos os filhos de Maria Bernarda eram afilhados dos filhos legítimos de João Freitas e seus bens eram geridos por eles, em um processo que buscava evitar a descentralização da riqueza de Joaquim após a sua morte.

Euflosina, uma das filhas de Maria Bernarda, em 1871, recebeu de seu pai a escrava Martinha, crioula com dois anos de idade, vinte cabeças de gado, vinte mil réis, cinco éguas e vinte e cinco mil réis em terras e casa na fazenda Sanharó. Com esses bens, conseguiu ser figura de destaque na sociedade conquistense, tornando-se conhecida, por residir na região do Panela (atual Campo Formoso, zona rural de Vitória da Conquista), como Fulô do Panela.

²¹ Idem

Israel Orrico (1982), ao estudar as mulheres “que fizeram a História” da cidade, destaca a presença de Euflozina Maria de Oliveira, a “Fulô do Panela” que “[...] tinha a tez moreno escura, traços firmes e delicados, nariz fino, lábios sensuais bem desenhados, olhos ligeiramente arredondados e ardentes [...] nem mesmo os cabelos carapinha conseguem diminuir-lhe a beleza. Exalava sensualidade” (ORRICO, 1982, p. 169). Euflozina ganha notoriedade nessa obra, cujo autor mostra certa visão estereotipada, porque cedeu aos “apelos sexuais” de um dos mais importantes coronéis da cidade, o Coronel Gugé. Nas palavras de Orrico, “[...] aquele homem bravo, macho, guerreiro, de palavra jamais desmentida, dominava-a e domava os seus anseios de mulher” (ORRICO, 1982, p. 169).

Fulô é um exemplo de como as mestiçagens foram comuns na formação das famílias conquistenses²²: primeiro, casou-se com um descendente de português, Lázaro Viana, com quem teve dois filhos; depois, abandonada pelo marido, uniu-se ao comerciante italiano Francisco Pascoal, com quem teve um filho, que, entretanto, foi registrado por outro homem, segundo um dos netos de Fulô, em um dos depoimentos colhidos por Viana (1982), porque

[...] o Italiano, tomando a deliberação de retornar á Itália, queria levá-lo, ainda menino, o que não concordou minha avó, e então, para que isso não acontecesse, combinou com o professor Eusébio de Moraes, solteiro, para registrá-lo como seu filho, tendo o professor recebido até um presente de um terno de cassineta, fazenda fina e cara que só os homens ricos poderiam comprá-la, vindo desta forma o nome de meu pai Noé Moraes de Oliveira (VIANA, 1988, p. 400).

Esse depoimento colhido por Viana (1982) evidencia as “artimanhas” utilizadas por Fulô para não perder o seu filho, usando, inclusive, recursos financeiros para evitar que Noé saísse do país. Outro fato interessante a ser destacado é a sua união com um imigrante europeu.

Uniu-se, Fulô, posteriormente, ao Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé (Coronel Gugé), futuro líder político de Vitória da Conquista, com quem teve dois filhos. Tempos depois, ela se casou legalmente com o português Alfredo Trindade, de quem absorveu o sobrenome e passou a se chamar Euflosina Maria de Oliveira Freitas Trindade.

²² Isso é também visível na região vizinha de Maracás. Ver NASCIMENTO; SANTOS (2009).



Euflosina Maria de Oliveira (Fulô do Panela).
Foto: VIANA, Anibal. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, volume 1, 1982.

Ao receber a herança de seu pai, Fulô conseguiu em todos esses anos acumular riqueza e passou a ser proprietária de imóveis e de uma loja na Rua Monsenhor Olimpio, centro de Vitória da Conquista. Em 1906, Euflosina Maria de Oliveira foi responsável pela festa de Nossa Senhora das Vitórias junto com o Major Heminio da Silva Piau. A realização da festa foi marcada por uma série de tensões, como diz o Padre Manoel Olimpio Pereira no livro de Tombo da Igreja Matriz de Vitória da Conquista, no ano de 1906:

Uma pagina negra deveria ser escrita aqui neste dia em que se efetuou a procissão como encerramento da supra dita festa. Desde que chegou da minha viagem ao velho mundo encontrei uma certa indisposição [...] contra o meu companheiro Manuel Higino por motivo de práticas (?) contra o Espiritismo e o protestantismo, e no dia referido depois da procissão explodiu uma manifestação de desagrado contra o meu dito companheiro e contra mim que foi mesmo uma nota profundamente triste vergonhosa e indigna de se referir. Um grupo de pessoas exasperadas corriam as ruas a cavalo em gritos e urros pavorosos parecendo monstros possessos que vomitavam blasfêmias tremendas contra a Igreja, os Santos, a Virgem, a nós padres a quem ameaçavam de arrastar de casa para nos porem fora. Felizmente o povo tomou nossa defensiva, quando pacientes e resignados esperávamos o sacrificio repelindo a horda de tão terríveis agressores que envergonhados fugiram mas que dificilmente lavarão a lama que se [...] nodoaram

a sua terra com tal procedimento. Os que se exibiram em tal cena se dizem espíritas e protestantes.²³

Fulô não se manteria quieta diante desses enfrentamentos entre católicos e protestantes. Segundo Israel Orrico, ela “[...] assegurou peremptoriamente, ao pastor dessa igreja que ela não deixaria fundá-la aqui” (ORRICO, 1982, p. 100). De acordo com Aguiar (2007), essa teria sido a razão para se acreditar que Fulô fosse a responsável por mandar pichar, durante a noite, as portas da casa dos batistas com uma cruz preta.

Euflosina também foi uma das figuras centrais de alguns acontecimentos importantes da cidade, tais como a briga entre católicos e protestantes e a luta armada, em 1919²⁴, entre os grupos políticos “meletes” e “peduros”, em que foi uma das responsáveis pela solução dos conflitos. Sobre esse fato, diz Belarmino Souza (1999): “O desfecho foi antecipado pela intervenção das senhoras Laudicéia Gusmão, Henriqueta Prates, Joana Angélica e Euflosina Maria de Oliveira, respeitadas matriarcas de famílias formadoras da endogamia conquistense” (SOUZA, 1999, p. 117-118).

Em 1920, Euflosina Maria de Oliveira Faria Freitas também faria parte do “Comitê de Caridade”, que, segundo Itamar Aguiar (2007), era composto por pessoas da “alta sociedade” (AGUIAR, 2007, p. 62). Ela faleceu em 30 de novembro de 1935, fato que foi destaque da edição de 6 de novembro de 1935 do Jornal “O Labor”:

Vítima de cruéis padecimentos causados por moléstia que zombou a ciência médica, faleceu nesta cidade no dia 30 próximo passado (Outubro) a senhora D. Euflosina de Oliveira Freitas Trindade contando com idade de 72 anos. D. Euflosina era uma das mais estimadas matronas de conquista, deixa uma lacuna impreenchível no seio da família conquistense (O Labor apud VIANA, 1982, p. 401).

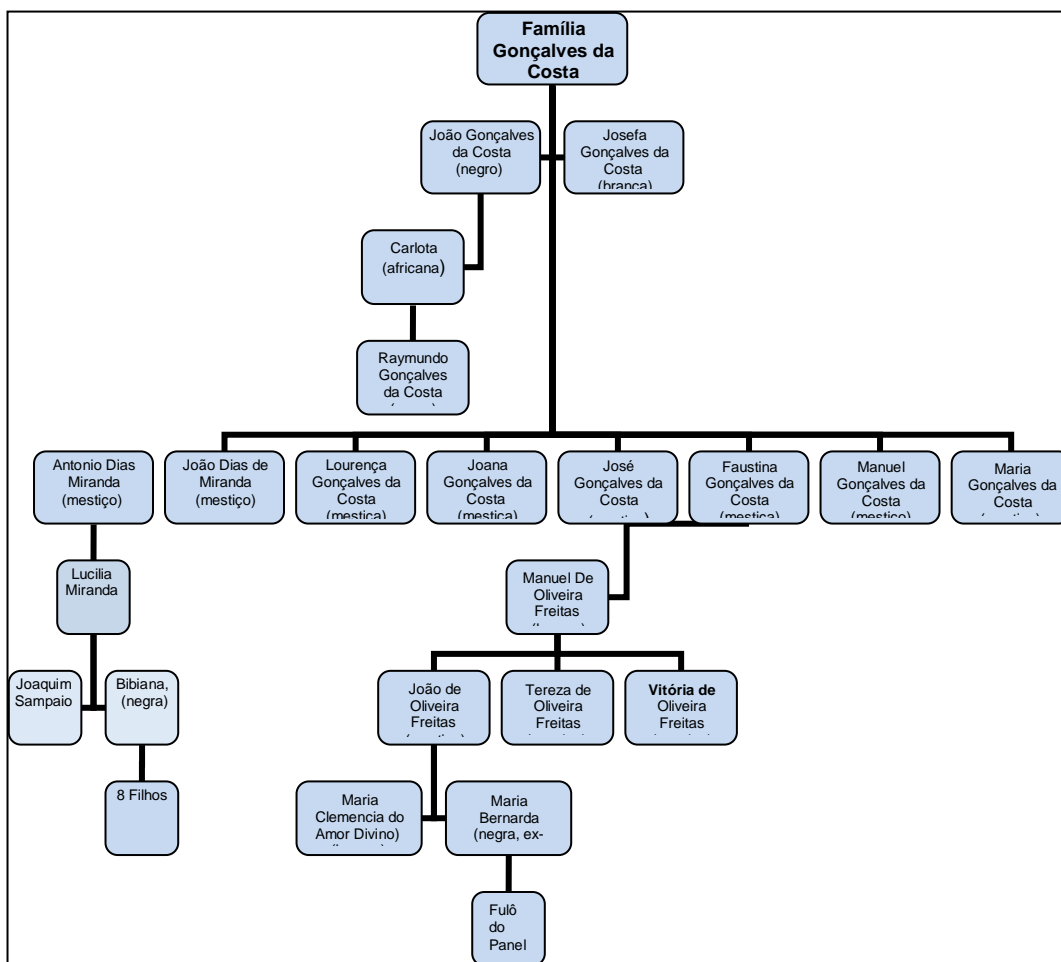
Fulô é tida como uma das mais “estimadas matronas de conquista”, por isso sua morte deixava “uma lacuna impreenchível no seio da família conquistense”. As razões para o prestígio de Fulô, provavelmente, estavam ligadas à riqueza que conseguira acumular ao longo dos anos, à sua ligação e defesa intransigente da religião católica, além de ter sido uma parteira muito requisitada na região.

²³ Livro de Tombo, 18 de dezembro de 1906. Arquivo da Igreja Matriz de Vitória da Conquista

²⁴ Para uma discussão maior sobre essa questão, ver AGUIAR (2007).

De acordo com o que vimos, a família Gonçalves da Costa e suas inter-relações foram sempre marcadas por casamentos inter-raciais. Vejamos a genealogia dessa família:

Genealogia da família Gonçalves da Costa



O processo que envolve a família Gonçalves da Costa mostra que esta família, a mais importante para a formação da cidade e da região de Vitória da Conquista, foi composta majoritariamente por negros e mestiços. Segundo Belarmino Souza (1999), caberia a ela a formação da endogamia conquistense que assumiu a administração político-econômica do município do século XVIII ao século XX, principalmente depois da “fusão” com a família Fernandes de Oliveira, em razão do

casamento de Faustina com Manuel de Oliveira Freitas. Um descendente de João Gonçalves da Costa, o engenheiro civil José Fernandes Pedral Sampaio, foi prefeito de Vitória da Conquista por dois mandatos em 1963 e 1982.

A existência desta endogamia composta por negros e mestiços não passou despercebida pelos cronistas locais, como constata Viana:

[...] os grande líderes de Conquista no passado, José Fernandes de Oliveira Gugé, Pompilio Nunes Oliveira, José Maximiliano Fernandes Oliveira, o filólogo José de Sá Nunes, o jornalista Bruno Bacelar de Oliveira, o poeta Manuel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso) e o engenheiro civil José Pedral Sampaio [...] são descendentes de Faustina da Costa, que era mulher de cor casada com branco europeu de “olhos de gato” (VIANA, 1982, p. 582).

Já Tanajura faz a seguinte observação: “daí se notar o sangue da raça negra misturado com o sangue do branco de olhos azuis na fisionomia amulatada de muitos conquistenses que tiveram papel de relevo na comunidade” (TANAJURA, 1992, p. 57).

Por fim, é possível notar que a história da região Sudoeste é marcada pela constituição de uma elite local mestiça, que nunca perdeu o poder. Esses descendentes de africanos (a começar por João Gonçalves da Costa), ao longo do tempo, adquiriram terras e escravos igualmente negros ou mestiços e transmitiram seus bens, em alguns casos, para seus filhos bastardos. Dessa forma, percebemos que não foram os “brancos”, mas sim os “pretos”, negros e mestiços, os responsáveis pela constituição de uma elite local e pelo próprio processo de formação do Sertão da Ressaca.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Itamar Pereira de. **Do púlpito ao baquiço: religiões e laços familiares na trama da ocupação do Sertão da Ressaca**. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica (Tese de Doutorado), São Paulo, 2007.

IVO, Isnara Pereira. “A conquista do sertão da Bahia no século XVIII: mediação cultural e aventura de um preto-forro no Império Português”. In. **XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz**, 2005, Londrina. Anais Suplementares do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina PR: Cd-room Anais XXIII Simpósio Nacional de História, 2005. v. 1.

MATTOS, Hebe. “Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português”. VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos e SANTOS, Guilherme Pereira das Neves. (Org.). **Retratos do Império - Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX**. 1 ed. Niterói: Eduff, 2006. p. 29-46.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Construindo o "negro": lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista/BA (1870-1930)**. Mestrado em Ciências Sociais: Antropologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2008.

_____. “Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876 1888)”. **Revista Afro-Asia (UFBA)**, v. 35, pp. 220-240, 2007

NASCIMENTO, Washington Santos e SANTOS, Ocerlan Ferreira. A vida escrava na Imperial Vila da Vitória nos últimos anos da escravidão (1870 – 1888). **Politéia: História e Sociedade**, n. 9, volume 2. Vitória da Conquista. Edições UESB, 2009.

_____. Viver e morrer no sertão baiano: dimensões da vida negra em Maracás/BA (1877-1887). **Cadernos de história (UFOP. Mariana)**, v. 07, p. 101-114, 2009.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001

SOUZA, Belarmino de Jesus. **Arreios, Currais e Porteiras - Uma Leitura da Vida Política em Conquista na Primeira República**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

ORRICO, Israel Araújo. **Mulheres que fizeram História em Conquista**. Feira de Santana, Bahia Artes Gráficas, 1982

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: crônica de uma cidade**, Vitória da Conquista, Brasil Artes Gráficas, 1992.

VALADARES, Virginia Maria Trindade. “José de Sá Bittencourt Acioli e sua participação na Conjuração Mineira e Independência do Brasil”. In

VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos e SANTOS, Guilherme Pereira das Neves. (Org.). **Retratos do Império** - Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. 1 ed. Niterói: Eduff, 2006, v. 1, pp. 177-186

VIANA, Aníbal. **Revista Histórica de Conquista**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, volume 1, 1982.

**O "THEATRO DA DESONRA":
Representações Senhoriais e Práticas Repressivas no Quotidiano de uma
Expedição Antiquilombo – Barra do Rio de Contas, 1835***

*Valdinéa Sacramento***

RESUMO

Este artigo analisa as diversas estratégias de repressão empregadas tanto pela classe senhorial quanto pelas autoridades na destruição dos quilombos Corisco, Sabura, Colégio Novo, Colégio Velho, Retiro Alegre, Coronel e Santo Antônio do Bom Viver. Todos reconhecidos sob a denominação de Quilombos do Borrachudo. Este artigo constitui-se, portanto, de uma reflexão histórico-antropológica acerca da mobilização quilombola, levando em consideração a natureza das relações sociais, econômicas e políticas criadas nos universos dos fugitivos e partilhadas por outros agentes sociais.

Palavras-chave: Representação senhorial. Quilombos do Borrachudo. Repressão quilombola.

RESUMEN

El presente artículo analiza las diversas estrategias de represión empleadas por la clase señorial y las autoridades en la destrucción de los quilombos Corisco, Sabura, Colégio Novo, Colégio Velho, Retiro Alegre, Coronel y Santo Antônio do Bom Viver. Todos reconocidos bajo la dominación de Quilombos do Borrachudo. El artículo se constituye, por tanto, en una reflexión histórico-antropológica acerca de la movilización quilombola, tomando en consideración la naturaleza de las relaciones sociales, económicas y políticas creadas en los universos de los fugitivos y compartidas por otros agentes sociales.

Palabras clave: Representación señorial. Quilombos do Borrachudo. Represión quilombola

ABSTRACT

This article examines the different strategies of repression used by both the master class as well as political authorities in the destruction of the maroon communities of Corisco, Sabura, Colégio Novo, Colégio Velho, Retiro Alegre, Coronel and

* Este texto é uma versão sintetizada e modificada da dissertação intitulada "Mergulhando nos Mocambos do Borrachudo - Barra do Rio de Contas, 1835", defendida pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro/UFBA).

** Mestra e Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia. (PÓS-AFRO/UFBA).

Santo Antonio do Bom Viver; which are collectively known as the Maroon Communities of Borrachudo. The article, thus, constitutes an historical-anthropological reflection on maroon mobilization that takes into account the nature of the social, economic and political relations, which developed in the social universe of runaway slaves that was shared by other social agents.

Keywords: Landlord representation. Maroon Communities of Borrachudo. Repression of maroons.

1 A COMARCA DE ILHÉUS E SEUS MOCAMBOS

Enquanto em Salvador e no Recôncavo, no século XIX, a rebeldia era marcada principalmente pela grande presença de cativos africanos, geralmente através de revoltas organizadas a partir de filiações étnicas, no sul da Bahia, a face rebelde da escravaria significou a continuidade de uma prática de formação de mocambos/quilombos iniciada em séculos precedentes. As vilas que mais experimentaram a incidência dessas instituições foram os distritos sulinos de Camamu, Ilhéus, Cairu e Barra do Rio de Contas (vide mapa 1).

Nas matas de Cairu, de Camamu, Rio de Contas e de Ilhéus nunca deixaram de existir tais coios de escravos fugidos, apesar de, por muitas vezes, serem eles destruídos e aprisionados os seus moradores. Logo se refaziam, e entravam os negros de novo a apavorar as vilas, fazendas, engenhos e roças. Nas matas do distrito de Barra do Rio de Contas existia agora, por alturas do ano retrocitado, grande número de quilombolas, que emparceirados com desertores andavam hostilizando os moradores dos lugares mais ermos, assaltando os viandantes, e os escravos (CAMPOS, 2006, p. 217).

Nessas localidades, o problema parecia incomumente grave, superando até os distritos açucareiros do Recôncavo com seus plantéis de médio e grande porte e com maiores exigências de trabalho, vistas como propulsoras de resistência escrava. Diversas expedições foram enviadas para a região sul-baiana, como as de 1663, 1692, 1697, 1723, 1806 e 1835, a fim de destruir e/ou exterminar as atividades de comunidades de fugitivos. De fato, esse número é significativo e sugere a dificuldade de tal empreitada.

Paralelamente ao crescimento e a proliferação de mocambos na Comarca de Ilhéus, foram organizadas políticas voltadas à construção de um aparato policial-militar, datado do final do século XVII, cujo objetivo era o de combater e perseguir escravos fugidos. Essas ações coincidiram com o desfecho das atividades expedicionárias de paulistas que dispersaram os índios do sertão da capitania aos quais os

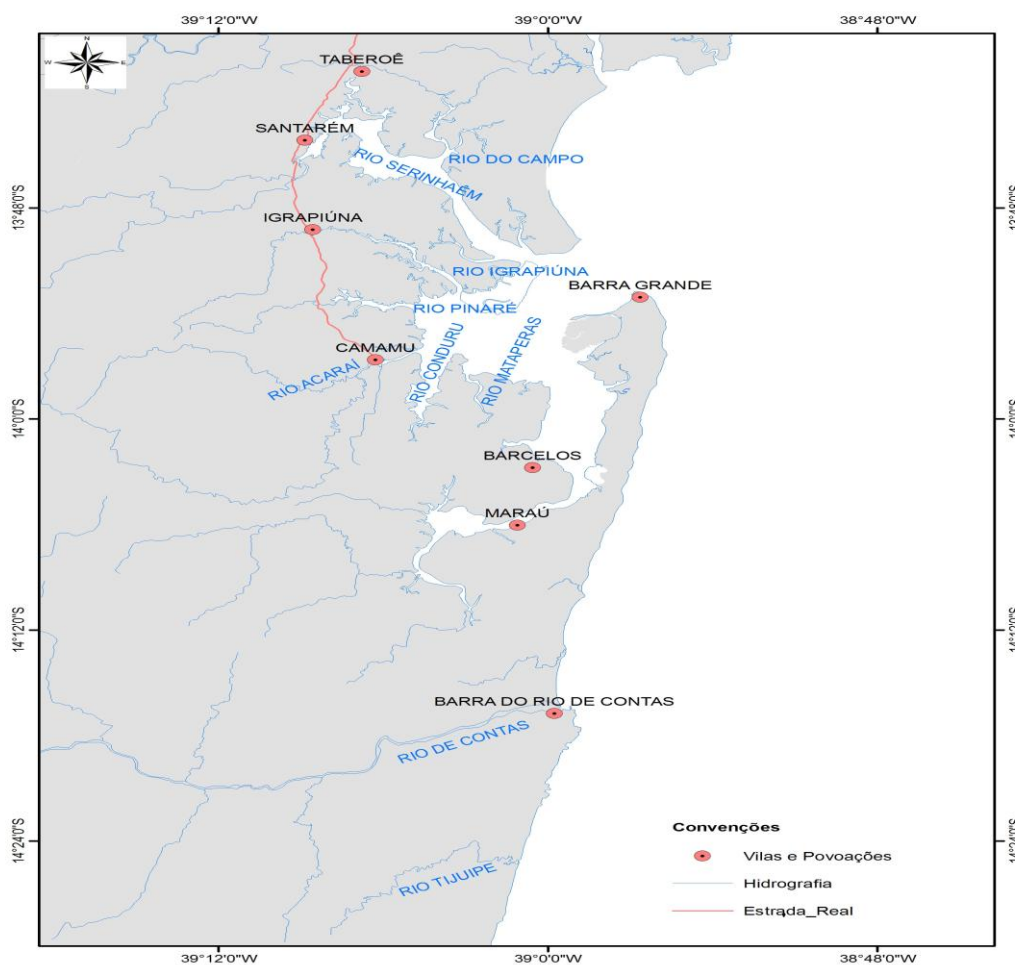
quilombolas algumas vezes poderiam pedir apoio e proteção. Em Camamu, esse aparato pode ter se iniciado em 1669, quando a Câmara emitiu um documento pedindo ao Governo Geral a criação de uma “Companhia de mulatos forros, mamelucos, mestiços e índios” com o intuito de combater “gentios bravos” e mocambos. Na vila de São Jorge dos Ilhéus foi criado, em 1696, o posto de “Capitão-mor das entradas dos mocambos e negros fugidos”, que sinalizava explicitamente a presença de fugitivos e quilombos nos arredores da vila e a intenção de dar-lhes combate¹.

À medida que aumentava o número de escravos fugidos e de mocambos, vários postos de combate e repressão foram criados e cartas-patentes emitidas. Ainda assim, na prática efetiva, esse aparato repressor parecia muito mais constituir uma “Militância de bobagem. Os Corpos, os terços ou regimentos só existiam em nome, em esboço; sem sombra de disciplina, se conseguiam alguns soldados, nas sedes das vilas. Simples pretexto para nomeação de oficiais” (CAMPOS, 2006, p. 276-277).

A década de 1820 parece ter sido um momento propício para as fugas e formação de novos mocambos, pois notícias a respeito destes eram constantemente direcionadas à capital da província. Em 1827, a câmara de Camamu, argumentando em defesa dos interesses de lavradores e da comunidade em geral informava sobre o “eminente perigo de ser invadido por bando de escravos fugidos, aquilombados nas matas desta vila” e a necessidade premente de armas para combatê-los. Neste documento, enviado ao governador, também era explicitada a ocorrência de insultos, roubos e mortes perpetrados pelos quilombolas a alguns residentes daquela vila. O lavrador e capitão-mor Arcângelo teria tido sua fazenda saqueada e vivenciado confrontos físicos com os fugitivos; o senhor Manuel Ferreira Borges, da vila de Santarém, teria tido 14 de seus escravos em fuga; José Fascio, de Camamu, 12 escravos fugidos; e, na mesma vila, as outras fugas podiam variar entre três e quatro. Como a Câmara não obteve auxílio do governo, as autoridades locais teriam arregimentado, na Comarca de Ilhéus, um grupo de sessenta homens conduzidos por um oficial miliciano para o combate aos quilombos na mata.

¹ Estes e outros aspectos relacionados ao surgimento de aparelhos de repressão com o intuito de coibir e perseguir escravos fugitivos e quilombos, na Comarca de Ilhéus foram encontrados no seguinte documento: Arquivo Público do Estado da Bahia-APEB, Ordens Régias, v. 4, 1696–1697, doc. 50, 19.11. 1696.

MAPA 1
VILAS DE CAMAMU, MARAÚ E BARRA DO RIO DE CONTAS (XIX)



Fonte: DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – IFCH, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 354.

Os poucos registros dessa expedição afirmam que “alguns [fugitivos] procuraram a casa de seus senhores, e por algum tempo cessaram os roubos e as mortes”. Assim, “não durou, porém, muito a dispersão dos fugitivos: eles se congregam: o quilombo se povoa e torna um asilo”, conforme opinavam os vereadores de Camamu. Nesse sentido, a documentação acaba sinalizando a pouca eficiência da repressão, uma

vez que, com seus ritmos, direções e estratégias próprias de resistência, os quilombos subsistiam e podiam ampliar suas formas de organização.²

Para além de considerar a dinâmica, a intensidade e a extensão desses quilombos não se pode subestimar o poder de articulação dos fugitivos e a leitura própria sobre o melhor momento ou contexto para empreenderem suas fugas. João Reis pontua que pelo menos os primeiros anos da década de 1820 foram caracterizados por "revoltas de caserna e tumultos populares antilusitanos, além das divisões dentro da classe dominante sobre o encaminhamento político da descolonização e criação do Estado Nacional" (REIS, 1979, p. 289).

Em Barra do Rio de Contas, a emergência de quilombos foi registrada em 1736, portanto, quatro anos após a fundação da vila. Uma outra experiência de resistência escrava foi registrada em 1806, quando o governador da Bahia, o Conde da Ponte, enviou uma tropa punitiva contra quilombolas e acoitadores de escravos fugitivos. A trajetória histórica dessa vila – assim como das vilas contíguas – seria marcada pela presença constante de mocambos, ao mesmo tempo em que se dava a expansão das fronteiras agrícolas.

2 SEGUINDO A TRILHA DO BORRACHUDO

Em 1835, enquanto na capital da província baiana todos os esforços estavam inclinados sobre os interrogatórios e medidas punitivas aos integrantes do Levante Malê, no Sul da Bahia e em particular na Comarca de Ilhéus, as autoridades se empenhavam em desbaratar uma aglomeração de quilombos nas florestas da vila da Barra do Rio de Contas. Uma grande expedição, composta por oitenta praças sob o comando do Alferes Guilherme Frederico de Sá Bittencourt e Câmara, dava cabo dessa aglomeração – núcleos de resistência sob as denominações de Colégio Novo, Colégio Velho, Sabura, Retiro Alegre, Santo Antônio do Bom Viver, Corisco e Coronel –, denominada de "*Quilombo do Borrachudo*", ou "*Quilombos do Borrachudo*", como se encontra registrado em alguns documentos da época.

Problematizando em torno de possíveis significados do vocábulo "Borrachudo" verifica-se algumas conexões plausíveis. A primeira refere-se ao nome de um mosquito *simuliídeos* muito comum na Mata Atlântica, principalmente em terras baixas e alagadiças. Ora, uma simples averiguação sobre a situação geográfica dos mocambos, notaria, de

² APEB, *Atas da Câmara de Camamu*, maço 1282, Doc. 28/04/1827.

imediatos, que pântanos e mangues juntamente com o rio de Contas e seus afluentes, margeavam os acampamentos dos fugitivos. Mas se tal relação não for significativa, encontra-se nas características do mosquito um apanhado de acepções que no mínimo são curiosas, quando associadas às diversas formas de atuação dos quilombolas. De cor negra, sorrateiro e dado à invisibilidade, o borrachudo costuma pegar de surpresa as pessoas desavisadas. Assim como o borrachudo-mosquito, os membros do borrachudo-quilombo costumavam agir obedecendo a algumas regras práticas — tais como imprevisibilidade, discrição e agilidade — quando praticavam razias nas fazendas, roças e engenhos da Vila e adjacências.

Durante a década de 1830, as câmaras e os juizes da vila da Barra do Rio de Contas e de outras vilas vizinhas emitiram dezenas de ofícios aos sucessivos governadores exigindo medidas efetivas para destruir os quilombos próximos às margens do Rio de Contas. Ainda assim, a medida punitiva que chegou àquela vila não logrou êxito total, resultando tão somente na prisão de 39 fugitivos e na morte de alguns, tendo a maioria dos revoltosos se dispersado.

Não se tem conhecimento de quando se iniciou o processo de formação dos Quilombos do Borrachudo. Contudo, a ocupação quilombola nessa localidade pode ser constatada a partir de dois documentos contemporâneos: o primeiro de 1823, quando a Câmara de Ilhéus participava e ao mesmo tempo pedia ajuda para apreender nas matas do Rio de Contas “um lote de escravos fugidos”, que andavam atacando as pessoas que transitavam por terra das vilas do Norte; o outro data de 1824 e, dessa vez, seria a Câmara da Vila de Barra do Rio de Contas que informava ao Presidente da Província sobre a atuação na vila de aquilombados oriundos de diversas partes da Comarca, a maior parte deles pertencentes ao plantel do Engenho de Dona Ana, da vila de Ilhéus.³

Nota-se que as florestas próximas às margens do Rio de Contas se tornaram, desde longa data, um espaço propício para a atividade quilombola. Além da configuração geográfica composta de morros e mangues, existiam alguns poucos engenhos e lavradores de mandioca que, muitas vezes, eram fundamentais para as trocas mercantis efetuadas pelos quilombolas. Os documentos não permitem afirmar de maneira explícita, mas não é impossível que as experiências de

³ APEB, Atas da Câmara de Barra do Rio de Contas, maço 1254, Doc. 13/03/1824.

ocupação quilombola de 1823 e 1824, nas margens do Rio de Contas, já representassem as bases dos quilombos do Borrachudo.

Nos primeiros anos da década de 1830, tornaram-se explícitos para as autoridades das vilas da Comarca de Ilhéus, e principalmente da vila em questão, os lugares onde se estabeleciam os quilombos do Borrachudo. Em 1833, o juiz de paz Rafael José Setúbal informava que

Há tempo, que tenho constatado na Villa da Barra do Rio de Contas do sul, onde exerço o lugar de Juiz de Paz, que aparece uma imigração de escravos fugidos, crioulos e Africanos, que se tem introduzido nas matas da Vila para o distrito de Ilhéus, e eu, quanto em mim tenho estado, tenho feito as diligências precisas para obstar todos os males, que pudesse causar tais salteadores, e para conseguir a certeza dos lugares, em que eles existam [...] Com efeito, fui certificado e informado de que eles, em número maior de cem, existem em três mocambos em diferentes lugares distantes uma ou duas léguas, e outro uma e mais [...] (APEB, Judiciário, Barra do Rio de Contas, cx. 744, maço 2246, Doc. 21/03/1835).

Neste ofício, o discurso empregado pelo juiz de paz se projeta no intuito de estabelecer a ordem na vila da Barra do Rio de Contas. Não se sabe se a distância apontada no ofício se refere à de um quilombo para o outro ou à localização dos quilombos em relação à sede da vila. Apesar de algumas imprecisões, essas e outras informações sobre os Quilombos do Borrachudo destinadas à capital da província tornaram-se freqüentes. Isso se deveu principalmente à dificuldade de destruição dos mesmos.

Em 09 de agosto de 1834, nas sessões da Câmara de Ilhéus, não se falava em outro assunto: os quilombos do Corisco, Colégio Novo, Colégio Velho, Sabura, Retiro Alegre, Santo Antonio do Bom Viver e Coronel já se tornavam um problema que merecia medidas efetivas. Nesse intuito, a Câmara elaborou uma representação exigindo do governo providência emergencial. Consta no documento que esses mocambos estavam organizados a ponto "de haverem formado entre si juizes de paz" e que para efetuar as investidas sobre eles era necessário o auxílio de oitenta botocudos domésticos, que estavam sob a liderança do Padre Manuel Fernandes da Costa, vigário da Missão da Conquista da Ressaca, e de vinte "bugres" sob a administração do Frade Ludovico de Leorne.⁴

A guerra promovida pelas autoridades municipais contra os Quilombos do Borrachudo parecia não ter fim. As várias tropas punitivas domésticas enviadas não logravam êxitos. Agora era preciso ajuda de fora da Comarca. Meses depois, o Presidente da Província informava à

⁴ APEB, Câmara de Ilhéus, maço 1316, Doc. 09/08/1834.

Câmara de Ilhéus que as providências já tinham sido tomadas levando em consideração as medidas apontadas pela dita câmara. No entanto, as medidas não foram consolidadas naquele mesmo ano. Mas a vila de Barra continuou a enviar ofícios para o governo, informando sobre arrombamentos de propriedades, furtos, roubos e abandono de fazendas pelos seus proprietários, como assim o fizeram Dona Ignácia de Loyola e Menezes, Antonio de Villas Boas e Moraes, Bernardino José de Magalhães e seus irmãos, dentre eles, Alexandre de Villas Boas.

Em abril de 1835, dados mais precisos sobre rotas de fugas de escravos das vilas do Norte, que seguiam em direção aos Quilombos do Borrachudo, foram fornecidos pelas autoridades locais, que, ao perceberem o envolvimento da escravatura, já começavam a temer uma possível “insurreição quilombola” na região. Assim parecia constatar o juiz de Paz de Maraú Manuel Pereira:

Pesando sobre mim o dever de cooperar a bem da segurança e tranqüilidade desta Vila, e vendo-a [...] todo o dever acometido pelos insurgentes reunidos não só nas matas da Vila da Barra do Rio de Contas, [...], em o Quilombo do lugar denominado o Borrachudo, mas ainda pelos de outros situados nos de outras Vilas desta Comarca, e dispostos, por já terem recente mesmo aparecidos em grupos atacando as casas de alguns fazendeiros [...] aquela corporação inimiga pela fuga de avultado número de escravos desta e mais vilas da Comarca, e mesmo a aparição de um saveiro indo de quatro remos, mas encontrado já sem eles [...] e barcos que todos dentro da barreta do Rio Piracanga que deve prestar [para as fugas de escravos] da Vila sobredita [...]. (APEB, Juizes, Maraú, cx. 808, maço 2476, Doc. 20/04/1835).

O juiz informou com detalhes ao governo da capital baiana que os escravos fugidos de Maraú e de outras vilas seguiam o curso do Rio Piracanga — uma das vias naturais de acesso à desembocadura do Rio de Contas —, partindo em direção aos quilombos presentes nas matas da vila da Barra, num lugar chamado Borrachudo. Através de saveiros e barcos, com a cumplicidade de barqueiros ou com embarcações roubadas, muitos escravos desembarcavam e seguiam suas rotas de fugas.

Essas informações corroboraram com as constatações feitas, em 1834, pelo juiz Rafael José Setúbal sobre a existência de possíveis ligações desses fugitivos com outros escravos da região e com pessoas livres. Consternado com tais relações, o sobredito juiz não deixou de mencionar em sua narrativa o que para ele efetivamente representava essa dinâmica entre quilombolas e sociedade envolvente no que diz respeito à quebra da manutenção da ordem escravista: de um lado, os

quilombos, na condição de inimigos "externos e declarados"; do outro lado, a presença de pessoas livres ou cativas, que, fornecendo todos os bens necessários para o bem-estar dos fugitivos, enquadravam-se na condição de inimigos "internos e ocultos", sinalizando a natureza clandestina e ilegal dessas ligações.

Da fluidez com que ocorriam as relações sociais estabelecidas entre os setores escravos e livres, depreende-se, em parte, a crítica mordaz do juiz Rafael e, por extensão, de seus pares no cenário da escravidão. A política estatal, desde o início do processo colonizador foi realmente projetar uma sociedade em que os setores sociais fossem hermeticamente fechados, e para efetivar tal projeto, recorreu-se "à criação de sistemas sociais marcados por diferentes patamares de status, diferentes códigos de conduta e diferentes representações simbólicas em cada setor" (MINTZ, 2003, p. 23). A questão fundamental é que a sociedade tal como foi projetada através de leis, códigos e condutas não se consolidou. Esse ideal de sociedade provocava uma série de contradições sociais perceptíveis e vivenciadas por pessoas livres, escravos e libertos.

3 O PLANO (QUASE) PERFEITO: A EXPEDIÇÃO DE 1835

A prática de repressão aos mocambos, no Brasil e em várias regiões da América, incluía, dentre outros elementos, a reunião de uma tropa e de meios necessários para sua atuação e manutenção. O grande problema é que essa preparação não era uma tarefa fácil. Para se efetivar uma diligência dessa natureza era preciso obter recursos para prover a tropa e o pagamento dos soldados. Outro obstáculo dizia respeito à mobilização da tropa, pois, normalmente, os destacamentos locais eram diminutos. No entanto, esse era o preço com que senhores e autoridades teriam que arcar.

O apoio do governo provincial que chegou à vila da Barra do Rio de Contas no mês de maio, consistiu no envio de quarenta armas, mil e duzentos cartuchos, além do comandante da expedição — o alferes Guilherme Frederico de Sá Bittencourt e Câmara. Os senhores da vila — alguns deles com escravos aquilombados — contribuíram com um total de 337\$000 (trezentos e trinta e sete mil réis). Com este valor se compraria em 1820 um escravo, e, em meados de 1830, o pagamento de um aluguel de um casebre. No mais, foi requisitada ajuda das vilas de

Ressaca, Ferradas e Maraú, e da sede da Comarca de Ilhéus. Resolvidos esses problemas, outros apareceram.⁵

Um dos entraves vivenciados pelas autoridades na consolidação da expedição foi a ausência de tropas auxiliares formada por indígenas. Estava claro, para os senhores da vila e para seus pares, a importância de arregimentar "de preferência mateiros de Ilhéus, vinte bugres de Ferrada e vinte mestiços e dois índios da Ressaca" para que a expedição, desta vez, lograsse êxito. Segundo Schwartz (2003), a mobilização de indígenas aldeados para engrossar as tropas militares fazia parte de uma política colonial de acentuar as hostilidades entre comunidades indígenas e africanos e seus descendentes.

De acordo com Guerreiro & Baqueiro (2001), na Comarca de Ilhéus, ao longo do período colonial, vários aldeamentos foram formados e mobilizados no intuito "de fornecer mão-de-obra aos colonos" e, sobretudo, "usar os aldeados como combatentes dos índios dos sertões". É nesse sentido que se pode entender o pedido do Marquês de Valença ao ouvidor de Ilhéus, o desembargador Francisco Nunes da Costa, para que se restabelecesse o aldeamento de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Grên, no rio Funil. Esse pedido foi feito em 1782 e visava proteger os transeuntes dos ataques dos pataxó na nova estrada que ligava Barra do Rio de Contas a Cairu e Camamu.

Na Bahia e em Pernambuco, a prática de mobilizar aldeamentos contra quilombos começou no século XVI e, no século XVIII, já era constituída por uma tropa regular. De modo que, com o passar do tempo, as tropas antiquilombos ganhavam outras feições, incluindo além de indígenas, também negros, mulatos e brancos. Constituíram, portanto, tropas mais mestiças. Um dos exemplos mais conhecidos foi o do batalhão composto por homens pardos, mulatos e indígenas, comandado por Henrique Dias, com o intuito de combater holandeses e,

⁵Esses valores foram calculados tomando como referência os estudos realizados por João Reis (1987), sobretudo a primeira parte do texto que retrata a conjuntura econômica e política da Bahia Oitocentista. Para suprir a tropas repressivas cooperaram as seguintes pessoas: Rafael José Setúbal, com mil réis; Manuel Martins de Lima, oitenta mil réis; João Martins de Lima, cinqüenta mil réis; Dona Ana Joaquina do Espírito Santo, cinqüenta mil réis; Gonçalo Antonio da Soledade, quinze mil réis; Estevão Pereira Nobre, mil réis; Vicente Martins, dez mil réis; João Lourenço e sócios, trinta mil réis; Manuel Ferreira de Almeida, dez mil réis; André Jose de Sousa, vinte mil réis; Miguel Travassos de Lima, vinte mil réis; Alexandre de Villas Boas, vinte mil réis; Anselmo Gomes da Fonseca, dez mil réis; Francisco dos Santos Borges, dez mil réis; José Gomes de Barros, dez mil réis (APEB, Juizes, Maço 2246, Doc. 21/03/135).

mais tarde, operar na destruição dos Quilombos de Palmares (GOMES, 2003; SCHWARTZ, 2003).

Em Barra do Rio de Contas, na expedição de 1835, a tropa auxiliar formada por indígenas foi requerida pelas autoridades municipais e pelo governo da capital. Entretanto, através do ofício do Juiz Miguel Travasso, vê-se que esse pedido de ajuda não foi acatado:

Tendo eu oficiado em vinte seis de Agosto ao Frade Ludovico de Leorne requisitando-lhe da parte desse Governo o auxilio de vinte Bugres, ou indígenas sob sua administração, não me foram fornecidos, sob o pretexto privado de receios da [...] dos aquilombados, ou de alguns que no caso de não serem vencidos, ou de alguns que no caso contrário escapulisses [...]. Igualmente não me foram emprestado os vinte Mestiços e Dois Índios que o Exc. Antecessor de Vossa Excelência ordenara ao Juiz de Paz da Ressaca de nos conferir em auxilio da Força e nem até hoje tive o desengano. (APEB, Juizes, Barra do Rio de Contas, cx 744, maço 2246, Doc. 15/06/1835).

A ausência de auxiliares indígenas e a justificativa do frade Ludovico Leorne de que os nativos sob sua administração temiam represália dos aquilombados suscita algumas considerações.⁶ Não se tem certeza se, de fato, o discurso de Leorne expressou o receio dos aldeados. De todo modo, como foi visto, não há como desconsiderar as rivalidades existentes entre índios e negros. Evidências menos ambíguas sobre a atitude do frade frente aos indígenas parece esclarecer, ou talvez, apontar os reais motivos da ausência dos aldeados em fazer parte da tropa punitiva:

Solicitando arrecadar não só paramentos e alfaias religiosos, como restos de ferramentas, roupas e quinquilharias já bem danificadas que tendo recebido o frei João Evangelista Potrier de pra uma aldeia que não se realizou no lugar chamado Bouqueirão ficaram por sua ausência em poder de um crioulo Jacinto, que nem garantia oferecia. Entregues a aquele Reverendo Missionário esse resto de ferramentas, roupas e quinquilharia para distribuir com os indígenas da aldeia. (APEB, Juizes, Comarca de Ilhéus, maço 2395-1).

⁶ A aldeia na qual o juiz se referiu no ofício foi a de São Pedro de Alcântara, no sítio das Ferradas. Sua criação, em 1816, pelo capuchinho Ludovico de Leorne fazia parte de um projeto de integração da Comarca de Ilhéus às áreas centrais e às regiões limítrofes da Província da Bahia. Os aldeados ao se dedicarem à cultura de produtos de subsistência acabavam atendendo às reais necessidades de tropeiros e viajantes que circulavam entre a estrada de Ilhéus e a Vila Imperial da Conquista, hoje, Vitória da Conquista, o que possibilitaria a ligação da Província da Bahia com a de Minas Gerais (WIED-NEUWIED, 1940, p. 357).

A correspondência, enviada à capital da província pelas autoridades de Ilhéus, parece evidenciar os sérios problemas que o capuchinho e os aldeados estavam enfrentando. Assim continuou até meados de 1840. Nesse sentido, é muito provável que a negação do pedido de ajuda fosse uma resposta à política do governo que exigia produção no aldeamento, mas não atendia às reais necessidades dos indígenas no que diz respeito aos recursos financeiros e de segurança, condições imprescindíveis para a fixação do homem à terra.

Outros fatos ocorridos e documentados em Barra do Rio de Contas mostram que a postura de indígenas em não querer fazer parte das tropas repressoras pode ter procedência se forem considerados os conflitos entre as autoridades e os aquilombados. Em maio de 1835, o Juiz Bernardino José de Magalhães e Aragão enviou uma expedição de dez homens contra os membros do Quilombo do Corisco, uma investida que resultou na prisão tão somente de "um negro, uma negra e uma cria". A atitude inconseqüente do juiz — como assim foi vista pelos seus pares — lhe custou muito caro. Numa postura de represália, o dito juiz teve sua casa arrombada, saqueada e vivenciou momentos de enfrentamento físico com os quinze negros dos aquilombados. O outro caso de desagravo ocorreu em 1834, quando um grupo de aquilombados invadiu a casa que funcionava como cadeia resgatando alguns companheiros presos, além de ter cometido atos de hostilidades às autoridades presentes.

É possível também entender a ausência dos indígenas de Ferradas e Ressaca como uma expressão silenciosa de solidariedade com os quilombolas do Borrachudo, já que a vida destes e daqueles não se resumia a hostilidades. Naquela altura, esses indígenas aldeados, tal como os quilombolas, eram camponeses envolvidos com a produção de alimentos e, de certa forma, como salienta Gomes (2005, p. 23), "a luta dos quilombolas enquanto resistência escrava pode ter significado a continuidade da resistência indígena". A escolha de auxiliares indígenas nas campanhas contra os quilombos se dava pelo seu conhecimento e destreza em adentrar em campo inimigo, desvendando o seu sistema de defesa.

Sem índios e sem mestiços, a solução encontrada pelas autoridades de Barra foi utilizar as informações do escravo de Dona Ana Joaquina do Espírito Santo — por sinal, antigo morador de um dos quilombos — o crioulo Joaquim, que ajudou na localização dos quilombos e das armadilhas (estrepes e fojos) construídos pelos quilombolas. Outros problemas surgiram durante o processo de formação da tropa, inclusive

envolvendo desordens de militares que resistiam em cooperar com a expedição. Notificado pelos juizes do 1º e 2º distrito da Vila, o Presidente da Província ordenava que pessoas da localidade com idade acima de dezoito anos fossem recrutadas e, se necessário, era permitido se “empregar a força” em relação aos Guardas Nacionais que se negassem a prestar auxílio a tal empreitada. Qual o contexto que teria levado esses militares a tal recusa, elevando a tensão local? Ainda que não se tenha documentos probatórios, algumas hipóteses podem ser sugeridas.

Muitas vezes a apatia desses militares estava diretamente ligada ao baixo soldo, que, em muitas campanhas antiquilombos eram inexistentes. Aquela apatia também podia representar uma atitude de repulsa à atividade de perseguir escravos fugidos. Um fato ocorrido em Ilhéus permite pensar nessa possibilidade. Em 1824, quando houve a insubordinação da escravaria do Engenho de Santana, o Presidente da Província enviou uma força composta por oficiais e milicianos de Valença e Santarém, resultando na prisão de alguns poucos escravos e na dispersão de outros nas matas. Diante da exigência do ouvidor Mascarenhas, de que se dessem batidas no mato, os militares se insubordinaram e, entre os desaforos que disseram ao dito ouvidor, estava o de que “não eram capitães-do-mato para prender negros fugidos” (CAMPOS, 2006, p. 333).⁷ Outra hipótese, bastante apropriada para este caso, é a de que militares tivessem envolvimento com os quilombolas ou fizessem “vistas grossas” ao comércio clandestino que estes realizavam. Não se pode esquecer que no momento da batida das tropas nos quilombos do Borrachudo alguns escravos foram recapturados e com eles a informação de que um “certo Sargento-mor de Ilhéus” e seus escravos estabeleciam comércio com os aquilombados.

Ultrapassados os problemas ligados à formação da tropa, nos meses seguintes, quer dizer, entre maio e o início de agosto, as autoridades juntamente com o comandante da expedição, o alferes Guilherme Frederico de Sá, preocuparam-se em traçar uma estratégia militar que lhes favorecesse. A primeira medida estava diretamente ligada ao desarmamento dos quilombolas. Sobre este fato noticia o juiz Miguel Travassos ao Presidente da Província:

⁷ Em 1834, a Guarda Nacional de Barra do Rio de Contas era composta pelo capitão-mor José Antonio de Sousa, o tenente Rafael José Setúbal, o Alferes Bernardino José de Magalhães e Aragão, o 1º Sargento Fortunato Joaquim de Magalhães, o 2º Sargento Basílio Luiz da Cruz e o furriel Sebastião Bonifácio de Magalhães.

Estas mesmas requisições de fazer sustar a venda da pólvora em geral, e o desarmamento dos escravos, fiz ao Juiz de Paz do 1º Distrito daquela Vila de Ilhéus, João Dias Pereira Guimarães e o da Vila de Maraú, José Manuel da Costa Bonilha, e foram de pronto satisfeitas, conforme os ofícios em resposta, requisitando-o também este último ao da Vila de Barcelos; e como tivesse eu dado estas providências na vila, foi isso bastante vantajoso (APEB, Juizes, Barra do Rio de Contas, cx 744, maço 2246 Doc. 06/08/1835).

A estratégia de desarmar os negros do Borrachudo, impedindo-os de comprar pólvora e armas, contribuiu parcialmente para o êxito da expedição e, ao mesmo tempo, serviu para desvendar o raio de ação dos quilombolas, que, por sua vez, não estava circunscrito à Barra do Rio de Contas. Desta medida, parecem ter sido informados também os próprios aquilombados, pois, segundo relatou o juiz, os mesmos ameaçaram interceptar a embarcação que viria de Salvador com as munições e invadir o termo da Vila para exigir a suspensão das medidas punitivas. As ameaças não foram concretizadas, mas, na dúvida, as autoridades ficaram em alerta.

A segunda fase da estratégia ocorreu nas vésperas da saída da expedição e consistiu "na reclusão de todos os moradores no Termo da Vila", tendo sido que os poucos lavradores que residiam na zona rural, "deixassem as suas fazendas e moradas destituídas de mandiocas e víveres" para que no momento da batida os quilombolas não lograssem seqüestrar moradores, e nem obtivessem apoio e meios de sobrevivência ao procurarem refúgio nas fazendas. Foi despovoada temporariamente toda a região em torno do Rio da Cachoeira e ao sul da vila da Barra do Rio de Contas.⁸

Entre os meses de agosto e setembro de 1835 foram enviadas duas expedições: a primeira saiu em 09 de agosto e durou 15 dias e a segunda deu entrada na mata a partir da primeira metade do mês de setembro. Poucos quilombolas foram presos nessas expedições, mas nos intervalos entre elas muitos se entregaram, "alguns pela fome, pela falta de recursos para sobreviver, outros por medo e, finalmente, pela falta de pólvora que já não podiam adquirir pelas providências tomadas a respeito"⁹, uma clara demonstração da eficácia das duas medidas levadas a cabo pelas autoridades da Vila.

Além da configuração geográfica e o sistema de defesa dos quilombos, poderia concorrer para a desvantagem da tropa repressiva a

⁸ APEB, judiciário, maço 2246 "Relatório da Força Expedicionária comandada pelo o Alferes Guilherme Frederico de Sá Bittencourt e Câmara", 24/08/1835.

⁹ Idem.

longa rede de relações entre quilombolas, escravos e outros agentes da sociedade. Em muitas situações era difícil manter o tão almejado segredo sobre as expedições. Assim, investigação e repressão andavam juntas. A expedição de 1835 não encontrou apenas um quilombo, mas vários quilombos articulados entre si e com os escravos das senzalas. Numa medida investigativa, o comandante da expedição tomou conhecimento de como os residentes do Quilombo Novo ficaram sabendo do avanço da tropa. Inquirida, uma habitante de um dos quilombos — a escrava Maria Bahia — respondeu que “tinha sido pelo aviso” que tivera do escravo do Capitão-mor Estevão Pereira Nobre, o cabra João.

A Força Expedicionária, comandada pelo alferes Guilherme de Sá, contava com a participação de 80 praças, alguns da Guarda Nacional. Em 9 de agosto, a tropa partiu de Pancada, um local que funcionava como porto de escoamento de produtos, dentre eles, farinha de mandioca. Para “guia” da tropa serviu o crioulo Joaquim, recém-saído do quilombo, que fora conduzido pelo alferes Bernardino José de Magalhães. Relatando em ofício ao Presidente da Província sobre a atuação da tropa, o juiz Travassos revelara que “tudo se fez com vantagem” por conta da ajuda do dito crioulo. De fato, a tropa logrou êxito, mas essa vantagem deve ser relativizada por conta de certo exagero do dito juiz em querer causar boa impressão à autoridade da capital da província. No relatório da Força Expedicionária ficou bastante evidente que o auxílio de Joaquim não foi suficiente para evitar que soldados e mais o comandante da expedição fossem surpreendidos com armadilhas deixadas pelos quilombolas na floresta.

O impacto das duas expedições resultou na prisão de 38 escravos e uma africana liberta. Alguns destes escravos pertenciam a pessoas da localidade e vilas circunvizinhas. Embora tenha-se algumas informações desse processo, não foi encontrada documentação sobre as investigações e interrogatórios que poderiam fornecer mais detalhes a respeito da dinâmica desses quilombos e a relação destes com a sociedade envolvente. À medida que os fugitivos iam chegando à vila, os interrogatórios eram efetuados em público e com a presença de testemunhas e curadores. Cento e trinta pessoas — entre livres e escravos — do termo da vila de Barra do Rio de Contas e dos Ilhéus, declarando “que os negros comerciavam com eles, fornecendo pólvoras, armas,

consertos, ferramentas, e outras coisas que necessitavam".¹⁰ O relatório da diligência sobre o "aniquilamento e destruição" dos quilombos do Borrachudo, levado à cabo no mês de agosto pelo alferes em comissão ao juiz de paz Miguel Travassos, revelou detalhes sobre o mundo criado pelos quilombolas no meio da floresta. Esse documento oferece particularidades sobre a geografia do local, rotas de fugas, aspectos socioeconômicos, redes de relações e sobretudo o sistema de defesa dos mocambos.

Tendo partido no dia 9 de agosto, a expedição só chegou ao Quilombo Colégio Novo no dia 10, depois de superar as armadilhas deixadas nos caminhos dos quilombos. As vinte casas e os produtos agrícolas encontrados foram "estragados e reduzidos a nada". No dia 11, a expedição desembocou nos quilombos Colégio Velho e Santo Antonio do Bom Viver e lá encontrou, respectivamente, oito e três casas. Nessa ocasião foram presos três negros que "tinham vindo fazer farinha" no dito Quilombo de Santo Antonio. A tropa seguiu em frente, a desbaratar quilombos, apesar da mata densa. Foram encontrados os Quilombos de Sabura e Retiro Alegre, nos quais não foram achados habitantes. Entre os dias 13 e 15 de agosto a expedição prosseguiu no aprisionamento de escravos nas matas. Lauriano, africano pertencente a José Gonçalves Ribeiro, uma vez preso, daria informações sobre as novas "rancharias" dos aquilombados que estavam situadas nas cabeceiras do Almada. Não obtendo êxito na diligência, o comandante e a tropa pernoveram no Colégio Novo e, pela manhã, o alferes em comissão faria uma grande descoberta: "todos os rastros dos quilombolas em fuga levavam em direção às margens do Rio de Contas", fato que dá a entender que muitos escravos tivessem se valendo de canoas como meio de fuga.

Nos dias seguintes foram destruídos os quilombos Corisco e Coronel. Nesta empreitada, a tropa de repressão contou com a participação do alferes e juiz Bernardino de Magalhães. No dia 18, logo pela manhã, a marcha continuou na floresta, mas, desta vez, o alferes achou de bom tino dividir a expedição em patrulhas, sendo "quatro dirigidas para o norte e três para o sul", sempre em direção às margens do Rio de Contas. Neste dia, houve tiros e mortes de alguns quilombolas. No resto da tarde continuaram as patrulhas perseguindo quilombolas e, ao findar do dia,

¹⁰ APEB, juizes, Barra do Rio de Contas, maço 2246. Doc. 24/08/1835. "Relatório descrevendo a atuação da Tropa formada para "aniquilamento e destruição" do Quilombo do Borrachudo". Documento redigido pelo Alferes Guilherme Frederico de Sá Bithencourt.

todos se recolheram no ponto de referência, denominado Banco. No dia 19, continuaram as diligências e, como não achassem mais rastros de fugas na parte norte das margens do Rio de Contas, o alferes e as patrulhas retornaram ao Porto de Pancada, ponto inicial da expedição. Ali mesmo foram interrogados alguns escravos capturados. No final do relatório, o alferes informando sobre o impacto dessa primeira fase da expedição, não deixou de ressaltar que muitos escravos se entregaram sejam *por medo ou pela grande fome*. De certa forma, não foram apenas os quilombolas que sofreram com as investidas, a narrativa do comandante da expedição não deixa dúvidas: “No dia 22 vendo eu o estado em que se achava a Tropa, uns estropiados e outros com as pernas feridas de alguns estrepes e mesmo eu, por me achar com as canelas feridas das pancadas dos paus, retirei-me com a gente para esta vila a procurar algum descanso”.¹¹

As inúmeras histórias de confrontos entre quilombolas e representantes da classe senhorial que vem à tona, através das fontes, revelam o quão desestabilizador dos projetos governamentais se tornou a presença do Borrachudo naquele contexto. Como seria de se esperar, as representações dos quilombolas que emergem dos discursos das autoridades de Barra do Rio de Contas e das demais Vilas da Comarca de Ilhéus, possibilitaram a construção de um “outro” baseado na oposição entre a barbárie e a civilização, entre o Mal e o Bem, entre o Caos e a Ordem. Os mocambos eram adjetivados de “asilos”, “espeluncas”, “theatro da desonra” e seus habitantes caracterizados como seres dotados de ausência de humanidade. Assim relatou, em 26 de dezembro de 1834, o juiz de direito da Comarca de Ilhéus Francisco Primo Coutinho de Castro ao Presidente da Província da Bahia:

Eu não posso deixar em silencio o total atrasamento em que se acha esta comarca, cujo logo que tomei posse, tive a honra de participar a V. Exc. rogando algumas providências conducente ao adiantamento dela, mesmo a segurança interna, por achando-se cercada de quilombos, ou para melhor me exprimir, espeluncas de assassinos, depósitos de roubos, e asilos de malvadeza. Necessário se tornava um golpe, que definhando tais monstros de espécie humana ressurgisse a paz às famílias, e segurança nos agrícolas, já que chegava a ousadia a um ponto tal de atacarem as fazendas máximas em Camamu onde sem o menor receio, e certos na escassez de forças coercitivas invadem os recintos das famílias, deixando-

¹¹ APEB, juizes, Barra do Rio de Contas, maço 2246. Doc. 24/08/1835. “Relatório descrevendo a atuação da Tropa formada para “aniquilamento e destruição” do Quilombo do Borrachudo”. Documento redigido pelo Alferes Guilherme Frederico de Sá Bithencourt.

as em estado de tudo abandonarem (APEB, Juizes, Comarca de Ilhéus, maço 2395, Doc. 31/03/1835).

Com efeito, não foi desprezível o poder dos quilombolas na disseminação de um clima de medo entre membros das elites dominantes, principalmente num período em que a onda negra e/ou africana parecia representar, de maneira real ou simbólica, o principal inimigo dos segmentos livres da sociedade brasileira. O supracitado trecho do ofício do juiz de direito, em Ilhéus, constitui-se num exemplo claro da histeria senhorial perante a classe subalterna. Isto não quer dizer que, as alegações de "insultos", "roubos" e outros crimes cometidos contra a propriedade e pessoas pelos fugitivos se tratassem apenas de uma falácia da classe senhorial. De fato, muitos lavradores e autoridades tiveram suas propriedades invadidas¹², e quando isso acontecia os senhores não poupavam tinta e costumavam caprichar na retórica. Vê-se o trecho da correspondência do juiz de Paz Rafael Setubal expedida para a autoridade máxima da Província, em 1834:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência os acontecimentos seguintes, afim de V. Exc. acudir com as prontas providências, que o caso exige. [...] quando no dia 4 do passado mês de fevereiro indo juntamente com o Capitão Mor Estevão Pereira Nobre para as nossas fazendas, que ficam vizinhas, eis que ao saltamos no porto da deste, vimos ela ocupada por quinze ou dezesseis dos ditos escravos salteadores, que tendo roubado e saqueado a casa do dito Capitão Mor, para nos avançar com ânimo de nos ofender, e decerto seríamos vítimas, se não valesse a fidelidade dos escravos do Capitão Mor, que indo sobre eles os fizeram recuar a fugir pelos matos (APEB, Juizes, Barra do Rio de Contas, cx. 744, maço 2246, Doc. 22/03/1833).

As ações de fugitivos contra a fazenda do capitão-mor Estevão Pereira Nobre e a resistência de seus escravos pareciam constatar que os ditos quilombolas não eram bem vindos naquele espaço. Situações de solidariedade e também de conflitos compunham as experiências de cativos. O ofício do Juiz de Paz, do primeiro distrito de Barra do Rio de Contas, José Antonio de Souza além de explicitar alguns casos de conflitos entre escravos e quilombolas também nos fornece algumas informações sobre a vida de alguns membros do Borrachudo.

¹² No ofício de 22 de fevereiro de 1832, o juiz de Paz José Antonio de Souza, do Primeiro Distrito de Barra do Rio de Contas, informava ao Presidente da Província sobre o arrombamento da propriedade do Capitão Pedro do Espírito Santo e Aragão e do Major Francisco Prudente de Eça e Castro, nesta propriedade os "Pretos fortificaram-se" (APEB, maço 2246).

Ora, se as fazendas do juiz Rafael José Setubal e do capitão Estevão eram próximas, significa dizer que, os crioulos Basílio, Florêncio e a crioula Antonia (escravos do juiz) e os cabras João, Antonio e o crioulo Benedito (escravos do capitão), todos habitantes do Borrachudo, eram vizinhos de propriedade e, provavelmente, compartilhavam laços reais e simbólicos. Certamente, esses pré-requisitos socioculturais devem ter pesado tanto nas práticas dos cativos quanto na dos fugitivos durante a dolorida experiência da escravidão.

Durante a década de 1830, registros de invasões de engenhos efetivadas pelos quilombolas denotam que, além destes representarem um real problema que as autoridades deveriam enfrentar, esse protesto negro acabou por desafiar a hegemonia dos senhores, na medida em que retirou-lhes um pouco do poder simbólico que mantinham sobre seus escravos. Por isso, a onda de saques e a subtração de aves, gados, aguardentes e farinhas nos engenhos – por sinal produtos que faziam parte da dieta alimentar dos fugitivos – refletiam as tensões sociais vigentes entre a classe senhorial e a comunidade escrava local. Decerto que era uma briga entre desiguais, mas o resultado dessa tensão poderia ter conseqüências materiais (THOMPSON, 1998, pp. 25-85).¹³ Era o preço da escravidão que as elites locais tinham que arcar.

3.1 Em fase de conclusão: os sentidos e significados em torno da repressão aos quilombos do Borrachudo

Os discursos construídos em torno da atuação dos fugitivos, pelo legislativo e judiciário, traduzia-se numa real necessidade de manter o controle não apenas da escravaria como do espaço que se pretendia colonizar. Parte considerável das reivindicações das autoridades de Barra do Rio de Contas, que foram encaminhadas a capital da Província da Bahia, buscavam subsídios para a construção de estradas e exigiam uma participação mais efetiva do poder central na vila a fim de defender os reais interesses dos habitantes. Tratava-se, na lógica dos dirigentes locais, de levar para os lugares mais recônditos os ideais de civilidade.

Talvez o teor desses discursos indicasse de todo modo uma preocupação em conter o avanço dos quilombolas sobre terras devolutas e reduzir o poder de sedução que a presença dos quilombos

¹³ Recorreu-se, nessa discussão, ao argumento de Edward Thompson (1998) sobre o significado do protesto plebeu, principalmente o capítulo segundo intitulado "Patrícios e Plebeus".

pudesse representar como uma espécie de atrativo para fugas de escravos. Se a escravidão significou uma desterritorialização dos africanos e seus descendentes, o quilombo, enquanto instituição subjacente a realidade escravista, denotou uma forma real de territorialização. Isto permitiu a criação de um território marcado por códigos e referências que orientavam social e culturalmente seus residentes. Menciona-se como exemplo, o quilombo Colégio Novo. A distribuição espacial das casas formava uma grande praça, sobre a qual orientavam-se os quilombolas, em caso de fuga. No fundo das habitações destacavam-se o cultivo de diversos produtos, fossem esses para consumo interno, trocas ou vendas. Uma clara demonstração da ocupação e do uso que os fugitivos faziam do solo.

Se ao território subjaz conflitos, disputas e formas de controle social, isso pode ser traduzido, em parte, nas diversas formas de luta dos quilombolas em defesa daquilo que consideravam como seus domínios. Estes, por sua vez, permitiram provavelmente, formações de unidades familiares, preservação de laços comunitários e um grau de privacidade garantidos longe dos olhares dos senhores. Certamente, essas leituras sobre a liberdade não ficaram desconectadas dos nomes atribuídos aos mocambos Retiro Alegre, Santo Antônio do Bom Viver e Sabura. Este último evidencia muito bem esse propósito quilombola. Expressão de origem crioula, sabura significa "apreciar aquilo que é bom; tempos aprazíveis."¹⁴

Visto por esse prisma, o pano de fundo dessa inquietação senhorial recaía sobre um território que escapava ao controle do poder institucional. Desse modo, "as instituições criadas pelos escravos para lidar com o que constituía, ao mesmo tempo, os aspectos mais comuns e mais importantes da vida assumiram sua forma característica dentro dos parâmetros do monopólio de poder dos senhores, mas separados das instituições senhoriais" (MINTZ, 2003, p. 60). Em vez de ser um enclave isolado no meio da floresta, o Borrachudo, no decorrer do tempo, mobilizou-se obedecendo a critérios de produção, manutenção de seus membros e de laços de solidariedade e familiar com a comunidade escrava local e adjacente. Além disso, preocupou-se em construir diversas formas de proteção contra possíveis investidas de pessoas que

¹⁴ Recorreu-se inicialmente aos dicionários de língua portuguesa do século XIX em busca de uma palavra semelhante, mas a tentativa foi malograda. De todo modo, foi apenas no Dicionário Crioulo Cabo-Verdiano (www.priberam.pt/dcvpo/dcvpo.asp. Acesso em: 22/08/2008) que o termo sabura e seu significado foram encontrados.

não fossem bem-vindas por ali, sobretudo, tropas antiquilombos. Caso as formas reais de salvaguarda não lograssem êxitos, poder-se-ia recorrer à proteção de Santo Antônio. Esta parece ser uma explicação razoável para o nome do mocambo Santo Antonio do Bom Viver.

Dado a muitas controvérsias e funções, o santo casamenteiro em terras brasílicas teve receptividade nos diversos segmentos sociais. Senhores em busca de escravos fugidos lançavam mão dos serviços do divino capitão-do-mato no intuito de manter a ordem social. Contudo, era nas camadas mais populares, sobretudo naquelas representadas pelos negros livres e escravos que o culto à Santo Antonio ganhava feições antiescravistas. A associação do santo com a tranquilidade e a segurança revela não ter sido estes aspectos apenas anseio da classe senhorial, mas também de setores racializados e desclassificados socialmente, dentre eles escravos fugidos (MOTT, 1996)¹⁵.

Hesitações e medo à parte, as práticas senhoriais de destruição dos refúgios dos fugitivos não se davam apenas no plano do discurso. Assentava-se também no plano mais amplo do simbólico. Como não evidenciar o grau de simbologia conferido às mortes de alguns habitantes dos mocambos? No intuito de prevenir a incidência de episódios desse tipo, a política pedagógica dos dirigentes locais baseava-se na punição e na prevenção. A exposição das cabeças dos escravos que foram mortos "em ato de resistência", no cemitério do Termo, tinha o objetivo de desmitificar a figura do líder como alguém imbatível; demonstrar o futuro de quem procedesse de maneira semelhante. Foram destinados à morte os quilombolas Basílio, Faustino, Roque, respectivamente, propriedades dos senhores Rafael José Setubal, Estevão Pereira Nobre e da senhora Ana de Magalhães. Esta moradora de Ilhéus.

A repressão aos quilombos era algo esperado e inerente ao cenário escravista, porém, tinha como filha bastarda a rebeldia dos fugitivos. Uma das histórias de resistência individual, que emerge das fontes sob a pena do alferes comandante da expedição, manifesta de maneira inequívoca a indisciplina obstinada de um fugitivo. Era 18 de agosto, numa tarde de terça-feira, quando, segundo o alferes Guilherme de Sá, a patrulha comandada pelo cabo Bernardo Teles chegara com a cabeça

15 Recuperando as várias facetas de Santo Antônio no período colonial, Luiz Mott (1996) no artigo intitulado "*Santo Antonio, o divino capitão-do-mato*", demonstra como o santo casamenteiro era apropriado pelos diversos setores sociais, não apenas como descobridor de escravos fugidos mas também como protetores destes.

do escravo Chagas. As circunstâncias que tinham resultado no fim do escravo viria com uma mistura de heroísmo e tragédia. Retornando de mais uma diligência nas matas atrás de fugitivos, os soldados encontraram, na fazenda de Ignácia de Loiola e Mendes, Chagas acompanhado de outros escravos fugidos. Cercados pela patrulha, a atitude da maioria foi se entregar, exceto o dito escravo. Chagas, numa atitude de impedir sua reescravização, tentou, sem êxito, o suicídio, sob a alegação de que "era mais fácil morrer do que se entregar". Desse ato decorreu sua morte, após receber dois tiros.¹⁶

Foi sob a alegação de resistir à prisão e de cometer crimes contra a propriedade e pessoas que a ruína de Chagas foi legitimada. Contudo, deve-se salientar que a legislação que se seguiu após a onda de conspirações e revoltas escravas realizadas na Bahia oitocentista fez pesar sobre os corpos africanos e, por extensão aos negros, livres ou escravos, uma série de mecanismos de controle e de violência coletiva. A lei de 10 de junho de 1835, a qual determinava em seu artigo primeiro uma série de penas, inclusive de morte, para os cativos que andassem praticando crimes contra pessoas, é um exemplo do endurecimento das práticas coercitivas projetadas sobre o cotidiano das "populações de cor".

Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave ofensa física a seu senhor, a sua mulher, a descendente ou ascendentes, que em sua companhia morarem, administrador, feitor e ás suas mulheres, que com eles viverem.¹⁷

Num sugestivo artigo intitulado "Tambores e temores: a festa negra na Bahia", João Reis discutiu como, em nome dos ideais de civilização europeu, dirigentes baianos esforçaram-se para manter um controle maior sobre a população livre e, sobretudo escrava, a partir de leis provinciais e posturas municipais. Também esclareceu como a cultura africana foi alvo de diferentes políticas governamentais, principalmente, as festas e os batuques, que, quando não foram vistas como a ante-sala

¹⁶ Vide casos de suicídio escravo como forma de libertação e de rebeldia em GOULART, 1972; REIS, 2001.

¹⁷ Índices das Decisões de 1835, Lei n. 04, 10.06.1835, p.5. In. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1831-1840, disponível em www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html. Acesso em 22/09/2008.

da rebeldia negra, passaram a ser interpretadas como válvula de escape da escravaria (REIS, 2008).

De modo algum poder-se-ia saber o que realmente Chagas possuía em termos de sonhos e projetos de vida, por certo que não era a escravidão. A liberdade — tão almejada pela escravaria e, em particular pelo escravo fujão — se não fosse possível neste mundo, talvez, na ótica de Chagas pudesse ser efetivada após sua morte. Diante do quadro de terror pintado pelas autoridades da Comarca de Ilhéus, acerca da mobilização escrava da região, era inevitável que a repressão sobre os mocambos do Borrachudo fosse adiada.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA-APEB. **Seção colonial**, maço 572-1. "Traslado da devassa, que por Ordem do Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitania procedeu o Desembargador Ouvidor Geral da Comarca Domingos Ferreira Maciel contra os que acoitam e tem refugiados no Oitizeiro negros fugidos e aquilombados".

_____. **Seção colonial**, maço 572-2. "Traslado do Inventário e Seqüestro dos bens que se achavam no Oitizeiro".

_____. **Seção colonial e provincial**, coleção Ordem Régias, volumes 4, 5, 8, 13, 17, 55, 86, 90, 102.

_____. **Seção colonial**, Polícia, maços 3108, 3109, 3113.

_____. **Seção colonial**, Juizes, maços 2246, 2298, 2215-1, 2395.

_____. **Seção colonial**, Atas da Câmara de Ilhéus, maços 1316,

_____. **Seção colonial**, maços 2476, 1282, 1254, 2896, 2285.

_____. **Cartas de Vilhena**, tomo II, 626-5.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – IFCH, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p.354.

FREITAS, Antônio F. G. de e PARAÍSO, Maria H. **Caminho ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul**. Ilhéus: Editus, 2001.

GEBARA, Ademir. "Escravos: fugas e fugas". **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, março/agosto, p. 89-100, 1986.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos Bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. **Revista USP**, n.28, p.41-55, 1995-1996.

_____. Uma Tradição Rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). **Revista Afro-Ásia**: Edufba, n. 17, 1996.

_____. "Quilombos no Rio de Janeiro no século XIX". In.: GOMES, Flávio; REIS, João José. (orgs). **Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Quilombos: sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII – XIX)**. São Paulo: UNESP; Polis, 2005.

_____. "Seguindo o mapa das minas: plantas e quilombos mineiros setecentista". **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 29, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos/ Conjunto universitário Candido Mendes, março, 1996, pp. 113-142.

_____. **Histórias de quilombos: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio; REIS, João José. (orgs). **Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

LARA, Silvia Hunold. "Blowin in the wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista Projeto História**, n.12, São Paulo, PUC, outubro, 1995, p. 43-55.

_____. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Nuewie. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1940.

MINTZ, S. W. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MOTT, Luiz. "Santo Antônio, o divino capitão-do-mato." In: GOMES, Flávio; REIS, João José. (orgs). **Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PRICE, Richard (org). **Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas**. Beltimore e London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

REIS, João José. Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro-Bahia, 1806. In: REIS, J.J.& GOMES, F.(org). **Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. "Resistência Escrava em Ilhéus: Um documento inédito", **Anais da APEB**, n. 44, p.285-291, 1979.

_____. "Podemos cantar, brincar, folgar": o protesto escravo nas Américas. **Afro-Ásia**, n. 14, p. 115-7, 1987.

_____. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p. 14-39, 1995-1996.

_____. "Nos Achamos em Campo a Tratar da Liberdade": a resistência negra no Brasil Oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira**. 2001.

_____. "Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos". **Afro-Ásia**, n. 15, 1992.

_____. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo; Companhia das letras, 2003.

_____. "Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX." In: CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha(org). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura** – Campinas/SP: UNICAMP, Cacult, 2002. Companhia das letras, 2003.

REIS, João & SILVA, Eduardo (orgs). **Negociação e Conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. "Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás, Bahia, 1814." In: REIS, J.J & GOMES, F.(org) **Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 373-406.

SACRAMENTO, Valdinéa de Jesus. **Trabalhando nos campos do senhor: experiência de escravos, quilombolas e forros no Quilombo do Oitizeiro**. 2006. 70 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de

Filosofia e Ciências Humanas, Ilhéus, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2006.

SANTOS, Lara de Melo dos. **Revolta Indígena e Escrava em Camamu no século XVII**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: Edusc, 2001.

_____. "Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas", **Áfro-Ásia**, n. 29-30, 2003, pp.13-40.

THOMPSON, E. P. "O Termo Ausente: a experiência". In: **Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma polêmica com Louis Althusser**, Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201.

_____. **Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIPOGRAFIA NACIONAL (Rio de Janeiro). **Coleção das Leis do Império do Brasil**, 1831-1840. Disponível em: www2.camara.gov.br/internet/legislação/publicações/doimperiocoleção3.html. Acesso em 22/09/2008.

VON MARTIUS, Carl Frederich; VON SPIX, Johan Batist. **Viagem pelo Brasil**, 1817-1820, Belo Horizonte e São Paulo, Itatiaia e Edusp, 1981, II.

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNEB: Memórias de um acontecimento histórico

*Valdério Santos Silva**

RESUMO

O texto resume alguns aspectos dos debates atuais sobre as políticas de Ações Afirmativas no Brasil e, em particular, as modalidades de cotas para o acesso de negros e índios ao ensino universitário. Relata também sobre os bastidores, discursos e debates que marcaram a inclusão do sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia - UNEB com a pretensão de contribuir para uma genealogia dos acontecimentos que marcaram o mais turbulento evento das relações raciais no Brasil neste início de século XXI.

Palavras-chave: Políticas afirmativas. Sociologia. Relações raciais. Genealogia.

RESUMEN

El texto resume algunos aspectos de los debates actuales sobre las políticas de acción afirmativa en Brasil y, en particular, las modalidades de cuotas para el acceso de negros e indígenas a la enseñanza universitaria. Relata también sobre las bastidores, discursos y debates que definieron la inclusión del sistema de cuotas en la Universidad del Estado de Bahia - UNEB, con la pretensión de contribuir para una genealogía de los acontecimientos que definieron el mas turbulento evento de las relaciones raciales en Brasil en este inicio del siglo XXI.

Palabras clave: Políticas afirmativas. Sociología. Relaciones raciales. Genealogía

ABSTRACT

This text reviews some aspects of current debates on the politics of affirmative action in Brazil focusing particularly on the modalities of quotas aiming to facilitate the access of blacks and Indians to university education. It also relates the backstage, speeches and debates that marked the inclusion of the quota system at the Universidade do Estado da Bahia - UNEB, with the goal of contributing to the construction of a genealogy of events that marked the most turbulent moment in Brazilian race relations at the beginning of the XXI century.

Keywords: Affirmative action. Sociology. Race relations. Genealogy.

As Políticas de Ações Afirmativas e, em especial, as modalidades de cotas ou reserva de vagas, que incentivam o acesso dos estudantes

* Professor de Sociologia do Departamento de Educação do Campus I da Universidade do Estado da Bahia - UNEB e doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

negros e índios nas universidades públicas, constituíram-se nos últimos sete anos em uma das temáticas mais polêmicas do debate sobre as relações raciais no Brasil.

Para as Ciências Sociais e de acordo com alguns intelectuais negros¹, as Ações Afirmativas são iniciativas originadas sobretudo no âmbito das instituições públicas, visando à inclusão social de grupos discriminados por motivos raciais, nacionais, geracionais, sexuais, de gênero, ou por outros atributos físicos ou culturais ensejadores de desvantagens individuais ou coletivas.

No Brasil, as Ações Afirmativas alcançaram maior visibilidade recentemente com a instituição do *sistema de cotas* nas universidades públicas, notadamente após a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em julho de 2002, ter aprovado, no Conselho Universitário – CONSU, a histórica Resolução de reservar 40% das vagas, no processo seletivo, aos estudantes negros que estudaram em escolas públicas². A decisão da UNEB repercutiu intensamente nas comunidades acadêmicas em todo o Brasil e abriu caminho para uma agressiva disputa política e filosófica quanto à pertinência de tais políticas fora dos muros das universidades, inclusive dentro do Congresso Nacional³.

A notável repercussão social, após a implantação das cotas na UNEB, pôs em evidência uma questão chave envolvida nessa discussão: o que justifica a adoção do sistema de cotas no ensino superior?

Para os defensores das políticas afirmativas, existem obstáculos raciais objetivos e subjetivos construídos historicamente na sociedade brasileira que impedem ou dificultam que negros e brancos concorram em igualdade de condições às oportunidades de acesso ao sistema de ensino universitário, especialmente nas prestigiadas universidades públicas. O racismo no Brasil — originado da escravização de negros e índios pelos colonizadores portugueses — se reproduziu no período posterior à abolição, através de mecanismos sociais que influenciaram decisivamente no processo de inferiorização e marginalização de negros

¹ Cf. BARBOSA et al. (2003); GUIMARÃES (1999); GUIMARÃES, HUNTLEY et al. (2000); SILVA, SILVÉRIO (2003); SANTOS, ROCHA (2007).

² Resolução de autoria dos professores Valdério Santos Silva e Wilson Roberto de Matos e do discente Osni Cardoso de Oliveira, aprovada pelo Conselho Universitário da UNEB – CONSU, em reunião realizada no dia 18 de julho de 2002.

³ Em maio de 2006 foi realizada uma Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para discutir o Projeto governamental que institui as cotas nas universidades públicas federais. Dessa Audiência participaram professores de diferentes universidades brasileiras, inclusive o autor deste texto. Em 2007, uma nova Audiência Pública foi realizada pela Câmara dos Deputados e o tema foi novamente discutido.

e índios na sociedade nacional. Processo que resultou em gritantes assimetrias entre os grupos étnicos formadores da sociedade brasileira, nos planos econômicos, políticos, sociais, culturais e estéticos. De acordo com os defensores das políticas afirmativas, tais distorções justificariam a adoção das Ações Afirmativas como políticas de Estado.

Em 2006, o então governador do Estado de São Paulo, Sr. Cláudio Lembo (DEM), em meio a uma onda de atentados no estado que colocou em xeque a segurança pública e espalhou medo e pânico na população, declarou que os referidos atentados estavam associados às facilidades com que o crime organizado recrutava das camadas pobres e negras da população os seus soldados. Daí a razão do seu desabafo de existir no Brasil “uma burguesia muito má, uma minoria branca muito perversa”⁴. Esta contundente declaração pública de um governador que pertence a um partido sabidamente conservador repercutiu imediatamente em todo país. No âmbito das discussões sobre as Ações Afirmativas, provocou constrangimentos nos opositores de tais políticas e reforçou sobremaneira a argumentação dos que eram favoráveis à adoção das mesmas com a finalidade de corrigir as desigualdades engendradas pelo racismo. A entrevista do governador legitimaria também os discursos dos movimentos negros que há muito tempo denunciam o silêncio dos beneficiários diretos e indiretos do sistema racial brasileiro. Em outro trecho de sua instigante entrevista, o Sr. Cláudio Lembo é ainda mais enfático ao explicar como as desigualdades raciais foram historicamente construídas:

[...] A casa grande tinha tudo e a senzala não tinha nada. Então é um drama. É um país que quando os escravos foram libertados, quem recebeu indenização foi o senhor, e não os libertos como aconteceu nos EUA. Então é um país cínico. É disso que nós temos que ter consciência. O cinismo nacional mata o Brasil.⁵

Os que são contrários às políticas afirmativas — como a antropóloga Yvonne Maggie, conforme procuramos demonstrar em um artigo publicado no jornal *A Tarde*⁶ —, concentraram suas forças para impedir a votação no Congresso Nacional do Estatuto da Igualdade Racial⁷. Aprovar este Projeto de Lei corresponderia, segundo a professora

⁴ *Jornal Folha de São Paulo*, 18 de maio de 2006.

⁵ *Jornal Folha de São Paulo*, 18 de maio de 2006.

⁶ *Jornal A Tarde*, 29 de novembro de 2007.

⁷ Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional que prevê, dentre outras ações, a implantação de políticas públicas de Ações Afirmativas em vários âmbitos da vida social onde ocorre maior incidência de desigualdade entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Yvonne Maggie, uma “operação política e ideológica para transformar nossa sociedade em uma sociedade dividida ‘legalmente’ em brancos e negros [...]”⁸. Em outra entrevista ela até admite a existência do racismo: “Os brasileiros sofrem dessa praga. No entanto, para combater o racismo, a primeira providência terá que ser abolir o critério e a idéia de raça”⁹.

Pode-se observar que a antropóloga Yvonne Maggie, no afã de impedir a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que prevê a adoção de políticas de Ações Afirmativas — como o sistema de cotas nas universidades públicas e a titulação das terras dos quilombos, entre outras medidas —, subverte sofisticadamente a argumentação dos que querem aprová-lo: as políticas públicas de Ações Afirmativas são necessárias inclusive porque o racismo dividiu a sociedade brasileira entre brancos e negros e, além disso, favoreceu a disseminação da idéia de que os brancos seriam superiores e os negros inferiores. Ou seja, quem criou o racismo e dele se alimenta, sem que para isso tenha sido necessário a aprovação de leis raciais, como aconteceu nos EUA e na África do Sul, são os que se recusam a reconhecer como privilégios a ocupação da maior parte das vagas nos cursos de maior destaque social nas universidades públicas e o acesso garantido aos requisitados empregos e funções no mercado de trabalho: os segmentos brancos da sociedade brasileira. Tais privilégios são vistos como *direitos adquiridos* ou o resultado de *méritos individuais*, como argumentam cinicamente alguns. Não fosse às desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil, uma derivação do modelo racial aqui construído, não haveria necessidade de políticas afirmativas e reparatórias, fato amplamente denunciado pelos movimentos negros e comprovado pelas pesquisas de instituições insuspeitas como o IBGE e o IPEA.

A polêmica em torno das Políticas de Ações Afirmativas, notadamente a reserva de vagas para negros e índios nas universidades públicas, não está circunscrito, conforme vimos, a uma divergência acadêmica. Diferentes segmentos e instituições da sociedade têm se manifestado e reagido, de acordo com os seus interesses e pontos de vista, para defender ou tentar impedir a implantação dessas políticas. Esses interesses e pontos de vista conflitantes estiveram presentes, ainda que dissimuladamente, no momento da aprovação do sistema de cotas da UNEB, em 2002.

A votação do Conselho Universitário – CONSU em que foi aprovado o Parecer instituindo o sistema de cotas para negros na Universidade do

⁸ *Folha de São Paulo*, 11 de outubro de 2006.

⁹ *Jornal Nacional da Rede Globo*, 26 de novembro de 2007.

Estado da Bahia – UNEB, totalizando vinte e oito votos a favor e três abstenções, portanto, uma contagem amplamente favorável, não refletiu com exatidão o volume das discussões e a exaltação de ânimos dos integrantes do Conselho no processo que antecedeu à votação. Nas longas horas em que a matéria esteve em pauta, somente dois conselheiros defenderam o Parecer. A tarefa mais difícil para os conselheiros defensores da Resolução no CONSU (Valdério Silva e a professora Ivete Alves do Sacramento)¹⁰ não foi a de refutar as argumentações contrárias à instituição do sistema de cotas, mas sim, desmontar manobras e subterfúgios que pretendiam desqualificar a matéria em discussão e, com isso, procrastinar a sua aprovação. Dizia-se, por exemplo, que o assunto era “desconhecido” da comunidade universitária, precisava ser “amadurecido” ou que não havia sido “discutido” previamente. Essas tentativas de impedir a votação da matéria, entretanto, não surtiram efeito. Restou, então, aos opositores do sistema de cotas, embora na reunião do CONSU eles não se arrogassem como tais — é sintomático no Brasil um comportamento evasivo ao se discutir as relações raciais —, justificar que a pretensão deles não era ser “contra” as cotas e sim “problematizar” e “levantar questões” para uma melhor “reflexão”. Como vemos, uma forma astuciosa e dissimulada para impedir a aprovação da resolução no Conselho.

Em meio às argumentações tortuosas e oblíquas, defesas explicitamente contrárias às cotas foram assacadas na histórica reunião do Conselho Universitário. Dizia-se, por exemplo, que as cotas poderiam ferir “direitos adquiridos”, partindo-se da premissa de que o sistema do vestibular tradicional era o mais “isento e democrático”; que as cotas “dividiriam” a Universidade entre cotistas e não cotistas (subtenda-se: entre negros e brancos); e, finalmente, que o sistema de cotas poderia “rebaixar” o nível de qualidade do ensino na UNEB, na medida em que os estudantes negros ingressos estariam despreparados intelectualmente para cursar uma universidade.

Interessante é que esta última argumentação ensejou o aparecimento de um movimento extemporâneo de defensores ardorosos da melhoria da qualidade do ensino público, contanto, óbvio, que essa alternativa fosse um substitutivo lógico ao sistema de cotas para negros.

¹⁰ O professor Wilson Roberto de Matos, um dos autores do Parecer, estava ausente da reunião do CONSU para representar a UNEB em um evento em outro estado; já o aluno Osni Duarte, o outro autor do Parecer, teria sido desautorizado a defender a Resolução pela então diretoria do DCE, com a alegação de que um Congresso de estudantes aprovara a proposta de um sistema de cotas apenas para alunos oriundos da rede pública de ensino, excluindo, portanto, as cotas raciais.

Os que entenderam o sentido oportunista dessa proposição responderam que o ensino médio público deveria e deve ser melhorado, inclusive porque nele concentra a maior parte da população negra. Porém, a adoção das políticas de Ações Afirmativas como um facilitador do acesso de negros e índios no sistema universitário público ainda assim se justificaria, notadamente, porque elas representam uma tentativa pedagógica de confrontar e desconstruir o sistema racial brasileiro, responsável por colocar negros e índios, em comparação com os brancos, em condições de *desvantagens* em todos os planos da vida política, social, econômica e cultural da sociedade brasileira, inclusive no que concerne o acesso ao ensino público universitário. Além disso, as melhorias quantitativas das escolas públicas devem ser acompanhadas de transformações qualitativas que acolham as trajetórias e as experiências culturais dos negros e índios no Brasil, porque somente assim, será possível desconstruir as bases raciais conformadoras da ideologia educacional presentes nos currículos escolares, materiais pedagógicos, entre outros, responsáveis pela disseminação no imaginário da sociedade brasileira de que negros e índios são incapazes e inferiores aos brancos. Esse seria um dos caminhos, conseqüentemente, para superar as desigualdades entre negros e brancos.

O acirrado debate na reunião do CONSU se reproduziria, mais tarde, na imprensa e nos eventos públicos com uma força inaudita após as cotas terem sido oficializadas pela UNEB. Foi necessário que a então reitora, a professora Ivete Sacramento, criasse informalmente uma espécie de *força tarefa*¹¹ para divulgar as decisões tomadas pelo CONSU junto aos Departamentos da UNEB. Os seus integrantes teriam também a missão de informá-las ao grande público, que passou a conhecer o mérito do assunto através da imprensa, à época, pouco simpática às cotas.

A aprovação do sistema de cotas na UNEB despertou também interesse e curiosidade no Brasil inteiro. Muitos foram os convites para seminários e palestras em universidades públicas e privadas, e até mesmo o Conselho Nacional de Educação abriu as suas portas para que a novidade fosse apresentada em uma sessão plenária. Sem dúvida, o

¹¹ Participaram desse esforço professores e professoras da capital e do interior, a exemplo Ivete Sacramento, Wilson Matos, Valdélío Silva, Ana Célia da Silva, Delcele Mascarenhas, Ronaldo Barros, e outros(as) colegas que defendiam as políticas de ações afirmativas aprovadas pelo CONSU. Esses docentes fariam parte, mais tarde, da equipe que elaboraria o Projeto de Seminário Temático Cultura Africana e Afro-Brasileira, acolhida pelo Programa Rede UNEB 2000, e que se transformaria em uma disciplina regular do currículo deste programa pioneiro de inclusão social da Universidade do Estado da Bahia.

sistema de cotas da UNEB contribuiu decisivamente para que a experiência se tornasse conhecida e discutida no Brasil inteiro e, nos anos seguintes, implantada na maior parte das universidades públicas brasileiras.

Nos debates públicos, os defensores das cotas sustentaram a tese de que o racismo é o principal operador de desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil, e esta é, por conseguinte, a mais importante justificativa para a inclusão das cotas no sistema público universitário. As referidas políticas contribuem igualmente para elevar a auto-estima dos jovens negros que estão marginalizados na sociedade brasileira, além de estimular transformações de ordens pedagógicas e psicológicas, assim como coibir a discriminação presente e eliminar os efeitos da discriminação passada, conforme as lúcidas ponderações do atual Ministro do Superior Tribunal Federal, Dr. Joaquim Barbosa Gomes. Enfim, nos ambientes sociais, onde as Ações Afirmativas foram implantadas, a tendência seria a de aumentar a representatividade e a diversidade dos segmentos étnico-raciais formadores da sociedade brasileira.

Outro aspecto ressaltado nos debates foi o de mostrar que as políticas compensatórias ou de Ações Afirmativas constituem experiências já conhecidas no Brasil. As aposentadorias rurais, os créditos subsidiados para agricultura familiar, as políticas de proteção trabalhistas e de salário mínimo são alguns exemplos conhecidos. Foram lembradas, igualmente, as leis vigentes que estabelecem cotas para as mulheres nas listas partidárias (Lei 9.504/97), nos concursos públicos para os portadores de deficiência (Lei 8.112/90) e no setor privado (8.213/91), entre muitas outras. Desse modo, é injustificado o argumento de que o tema das políticas afirmativas seja estranho à experiência cultural brasileira.

As argumentações dos defensores do sistema de cotas não foram suficientes, contudo, para conter o descontentamento dos que se diziam "prejudicados" com tal política e nem arrefeceu as críticas dos opositores inconformados com a decisão do CONSU. Algumas manifestações, a exemplo de cartas apócrifas, não escondiam a natureza racista de uma parte dos opositores, sobretudo contra a reitora da Universidade do Estado da Bahia, a professora negra Ivete Alves do Sacramento. Os que se dispuseram a defender pública e legitimamente suas idéias e interesses utilizaram-se de petições, junto ao judiciário, para anular as decisões da Universidade; outros concederam entrevistas em emissoras de televisão, escreveram artigos na imprensa escrita ou, ainda, expuseram as suas idéias em inúmeros debates públicos dentro e fora da Universidade. Uma genealogia, no sentido foucaultiano, desse conturbado contexto revelará as estratégias, os diferentes movimentos e confrontos das idéias

e quais os consensos alcançados após a implantação do sistema de cotas na UNEB.

No ano de 2006, a Comissão Permanente do Vestibular da UNEB – COPEVE divulgou duas informações importantes acerca do sistema de cotas implantado na Universidade. Uma delas é a de que o índice de evasão dos que ingressaram pelo sistema de cotas é menor, em comparação com os alunos não cotistas. A segunda é a de que as notas médias dos alunos cotistas e não cotistas, nas disciplinas de alguns cursos de prestígio social elevado, estão em um nível muito próximo, sendo que, em alguns casos, as notas médias dos cotistas são até mais elevadas. Estas duas informações, que falam por si mesmas, é uma importante resposta para os que presumiam, preconceituosamente, que os cotistas tenderiam a abandonar a universidade ou não teriam condições de acompanhar os cursos por “incapacidade intelectual”.

Neste sentido, podemos afirmar que o ingresso de estudantes negros na Universidade do Estado da Bahia, através das políticas de cotas, contribuiu para diversificar a paisagem étnico-racial nas salas de aula em prestigiados cursos, como Urbanismo, Nutrição, Administração, Direito, Engenharia de Pesca, Agronomia e Pedagogia, cursos que antes das cotas, praticamente não acolhiam alunos negros. Presumimos que a médio e longo prazo, a presença desses alunos nestes e em outros cursos mais concorridos resultará na formação de especialistas negros em condições de competir por um emprego mais qualificado no mercado de trabalho. Essa diversificação étnico-racial na Universidade, por outro lado, tenderá a aumentar o interesse pela discussão e pesquisa de temas referentes às relações raciais no Brasil. Na experiência concreta de sala de aula, constata-se que é significativo o desconhecimento dos alunos que ingressam na UNEB sobre assuntos concernentes à nossa formação étnico-racial e de como são reproduzidas as desigualdades sociais na sociedade brasileira, o que reforça, portanto, a importância pedagógica das Ações Afirmativas como ensejadoras de reflexões, debates, pesquisa e extensão.

A despeito desses avanços assinalados, ainda há, entretanto, alguns obstáculos que precisam ser superados, de acordo com a experiência dos professores da UNEB. O primeiro obstáculo é que a discussão de temas de natureza étnico-racial em sala de aula ainda depende quase que exclusivamente da convicção ou da boa vontade do professor/a, tanto para a inclusão do assunto no planejamento da sua disciplina como também para a disponibilização de material didático aos alunos. O segundo obstáculo é que os nossos currículos ainda são *etnocêntricos* e, de um modo geral, não contemplam a discussão do tema. O terceiro

é que as nossas bibliotecas não dispõem de material de pesquisa suficiente sobre a temática¹².

Não obstante essas e outras dificuldades, nas oportunidades em que os temas relacionados à realidade dos negros no Brasil foram colocados em debate nas salas de aula, a participação foi sempre muito intensa e as revelações de trajetórias pessoais ressaltaram a imensa riqueza de como essa discussão poderá ser útil como elemento formativo e também como ferramenta para desconstruir mitos estabelecidos.

Devemos registrar também que a implantação do sistema de cotas tem estimulado a articulação de uma nova e ativa militância negra na Universidade. Grupos de estudantes têm se organizado paralelamente à estrutura política acadêmica tradicional para o desenvolvimento de trabalhos sociais com populações negras urbanas e rurais em Salvador e no interior do estado, além de participarem também da vida política acadêmica. Esse fenômeno é importante porque instaura um processo educativo paralelo ao sistema curricular oficial da UNEB e incentiva a conformação de novas alternativas epistemológicas.

Para o vestibular de 2009, o sistema de cotas da UNEB passou por um processo de avaliação e aperfeiçoamento e agora os indígenas passam a fazer parte dos beneficiários dessa política dentro da Universidade. Acreditamos que desse modo a política de cotas na Universidade do Estado da Bahia se aperfeiçoa com a experiência e se firma como um projeto válido e conseqüente de combate ao racismo no âmbito da educação universitária.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e Preconceito na Escola: alternativas teóricas e práticas**. 3. Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998;

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **De Preto a Afro-descendente**. São Carlos: Edufscar, 2003;

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha B. Gonçalves (Orgs.). **Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

¹² Cf. GOMES; SILVA (2002); OLIVEIRA (2005); AQUINO (1998); MUNANGA, (2001).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999;

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara – ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000;

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação/SEF, 2001.

OLIVEIRA, Rachel de. **Tramas da Cor, enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP/MEC, 2003;

SANTOS, Ivanir dos, ROCHA, José Geraldo da (Orgs.). **Diversidade e Ações Afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

ENSINO DE HISTÓRIA E OS NOVOS DESAFIOS CURRICULARES: Discursos, Representações e Formação de professores*

*Cristiano Bispo***

RESUMO

Apresentamos alguns questionamentos sobre a condução das discussões historiográficas e os discursos adotados na formação dos profissionais de educação e dos discentes a partir das novas propostas curriculares ensejadas pela Lei 10.639/03 que versa sobre o ensino da História e Cultura Africana do Ensino Fundamental ao Médio. As discussões sobre a História da África e do legado africano no Brasil podem ampliar seus campos de atuação para além da História Moderna e Contemporânea, buscando na Antiguidade novas possibilidades de leitura sobre a África e sua diversa complexidade étnica.

Palavras-chave: África Antiga. Discursos. Representações. Formação de professores.

RESUMEN

Presentamos algunos interrogantes sobre la conducción de las discusiones historiográficas y los discursos adoptados en la formación de los profesionales y estudiantes de educación, a partir de las nuevas propuestas curriculares con ocasión de la Ley 10.639/03 que trata sobre la enseñanza de la Historia y Cultura Africana desde los niveles fundamental al medio. Las discusiones sobre la Historia de África y el legado africano en Brasil, pueden ampliar su campo de actuación más allá de la Historia Moderna y Contemporánea, buscando en la Antigüedad nuevas posibilidades de lectura sobre África y su complejidad étnica.

Palabras clave: África Antigua. Discurso. Representaciones. Formación de profesores.

ABSTRACT

The article critically examines the development of historiographic debates and the discourses adopted in the formation of professionals of education and students from the perspective of curricular proposals prescribed by the law 10.639/03, which deals with the teaching of African History and culture from the elementary school until high school. It is suggested that discussions on both African History and African legacy in Brazil expand their fields of action beyond

* O desenvolvimento desse artigo contou com o apoio do Programa de Auxílio à Pesquisa da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

** Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Modern and Contemporary History to search for new possibilities of understanding Africa and its diverse ethnic complexity in the Ancient Age.

Keywords: Ancient Africa. Discourse. Representations. Teachers' training.

O Sentimentalismo envenenado das escolas nossas, com suas referências mais ou menos tolas ao 'pretinho Benedito', com os seus elogios de raposas ao heroísmo de Henrique Dias, tem dado ao negro a impressão de que os seus antepassados foram uns desgraçados e de que os jovens negros só por isso têm de ser sempre uns vencidos. [...] o negro tem que ser respeitado aqui dentro e quando não o quiserem respeitar ele deve reagir (FELICIANO, 1933, p. 4 apud SISS, 2005, p. 2).

A preocupação com o discurso escolar pertinente aos afro-brasileiros é alvo de estudos desde o início do século XX. Pesquisadores engajados na construção de uma escola multicultural, que contemplasse as necessidades de uma sociedade democrática, lançaram discussões acerca de um currículo apropriado para que afro-brasileiros construíssem uma identidade não associada apenas às máculas da escravidão. Observações e sugestões foram propostas, mas nenhuma ação foi efetivada para impedir que gerações formassem suas identidades pautadas nos discursos da ausência, da incapacidade, da humilhação e do sofrimento.

As gerações passaram e tais discursos permaneceram permeados de significações pejorativas, alterando-se conforme o contexto histórico. Os discursos preconceituosos e estereotipados de hoje são constituídos de vozes do passado que dialogam com enunciados atuais. As várias vozes¹ enunciativas presentes nos discursos são conceituadas da seguinte forma por Bakhtin (1992, p. 291): "cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados". É com as palavras e com as idéias dos outros que o nosso próprio pensamento é tecido. Portanto, esse elo de enunciados é capaz de suscitar mitos, estereótipos, preconceitos de outras gerações que se mesclam com os discursos produzidos no presente.

Os efeitos de um discurso negativo sobre as gerações afro-brasileiras foram devastadores, implicaram, em muitas ocasiões, na negação da ancestralidade africana ou na assimilação de uma suposta inferioridade

¹ As diversas vozes do discurso é uma das marcas indeléveis de Bakhtin (1992) e, por muitas vezes, assumem diversos nomes, a saber: poliglossia, heteroglossia, polifonia e dialogismo. O autor rompe com a concepção de discurso linear, rígido e individual. Sugere que todos os enunciados, independente de seus objetivos, são interacionais, múltiplos e repletos de discursos de outrem, que podem ser identificados de imediato ou através de uma análise mais rebuscada e apurada.

construída pelas teorias racialistas² do século XIX. Como exemplo do discurso criador de uma identidade afro-brasileira negativa, relatamos um episódio ocorrido em uma escola do município do Rio de Janeiro. Nesta unidade escolar, a coordenação pedagógica e o corpo discente de todas as disciplinas empenharam-se para elaborar a primeira semana da consciência negra, no mesmo ano da promulgação da lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africanas nos estabelecimentos de Ensinos Fundamental e Médio das redes públicas e particulares.

Os objetivos dessas atividades foram criar condições para que a comunidade escolar afro-brasileira conhecesse os valores africanos e pudesse construir novos laços de identidade e alteridade como também desconstruir pensamentos preconceituosos e discriminatórios. As discussões sobre a África foram intensas. Professores e alunos empenharam-se em apresentar informações e reflexões sobre o continente africano e suas manifestações culturais no Brasil. Dezenas de trabalhos foram confeccionados; as temáticas mais desenvolvidas, como de costume, foram: escravidão, racismo, preconceito, culinária, religião e dança.

No primeiro dia da Semana Africana, a coordenação pedagógica anunciou um concurso para escolher o casal afro-brasileiro mais bonito. Iniciativa louvável, visto que muitos tiveram sua auto-estima diminuída devido aos atuais padrões de beleza. Sobre a estética afro-brasileira na sociedade e, por conseguinte nas escolas, a pesquisadora Nilma Lino Gomes afirma que "construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros" (GOMES, 2003, p. 4).

Estudos apontam que muitos jovens sofreram algum tipo de preconceito ou achincalhamento por manifestar fenótipos africanos, a saber: cabelo crespo, cor da pele, lábios grossos, nariz achatado. Para Nilma Gomes, as representações e os discursos negativos da estética africana nas escolas, manifestam-se da seguinte maneira:

² Através dos estudos racialistas no século XIX, tentou-se, por intermédio da taxonomia, marcar de maneira científica os atributos que evidenciavam a diferença entre os homens. O principal articulador das teorias racialistas deste período foi Conde de Gobineau (1816-1882). Sua principal publicação foi a obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, concluída em 1858. Nela, expôs sua tese sobre a existência de uma superioridade inata das raças brancas e louras (arianas) sobre todas as outras.

A experiência com o corpo negro e o cabelo crespo não se reduz ao espaço da família, das amizades, da militância ou dos relacionamentos amorosos. A escola aparece em vários depoimentos como um importante espaço no qual também se desenvolve o tenso processo de construção da identidade negra. Lamentavelmente, na maioria das vezes, a instituição escolar aparece nas lembranças dos depoentes reforçando estereótipos e representações negativas sobre o negro e o seu padrão estético (GOMES, 2003, p. 5).

As representações e subjetividades construídas a partir do corpo do afrodescendente, em especial o cabelo, constituíram um elemento marcante na posição do indivíduo dentro do sistema de classificação étnica no Brasil. Segundo a pesquisadora Maria Helena Viana Souza,

A valorização do cabelo liso em nossa sociedade não é somente a expressão de uma vaidade corriqueira, cotidiana, pois o cabelo ainda é usado como critério para classificar padrões de beleza. As mulheres afrodescendentes que, por escolha ou falta de opção, não alisam os seus cabelos, são colocadas numa posição de inferioridade racial determinada por um ideal de beleza convencionado como o mais adequado. Esse fato influenciará na constituição das subjetividades, principalmente de crianças e jovens. (SOUZA apud GOUVÊA, 2007, p. 111).

A discussão da estética africana é necessária para a formação dos alunos brasileiros, portanto, a eleição do casal mais bonito na Semana Africana foi relevante. Contudo, a comissão organizadora do concurso ficou impressionada com o depoimento de alguns alunos, indiscutivelmente afro-brasileiros, que, quando interpelados a respeito de suas candidaturas, responderam que não eram negros e sim morenos. Mesmo com essas manifestações o concurso prosseguiu e houve a escolha do casal.

Após a agitada Semana Africana, percebemos que houve duas falhas em nosso planejamento: (1) deveríamos ter preparado melhor os alunos antes de convidá-los para o concurso. Muitos não estavam prontos para externar uma beleza que aprenderam a negar e que foge aos padrões dominantes; (2) a sugestão do concurso, sem intenção, acabou criando uma situação de segregação, pois na eleição do casal mais bonito construímos uma idéia de que eles só seriam bonitos dentro de seu próprio grupo.

Acreditamos que a melhor postura seria um concurso para toda comunidade escolar sem a compartimentação de negros e não-negros. Seria um momento ímpar para uma proposta pedagógica multicultural que rompesse com o modelo monocultural, conforme observamos na seguinte citação do pesquisador Kabengele Munanga:

A partir da abolição, os sobreviventes da escravidão e seus descendentes de ontem e de hoje foram simplesmente submetidos a um sistema educacional eurocêntrico, que nada tinha a ver com a sua história, sua cultura e visão do mundo. Essa submissão subentende uma violência cultural simbólica tão significativa quanto a violência física sofrida durante a escravidão (MUNANGA, 2004, p. 4).

De acordo com Munanga (2004), gerações afro-brasileiras foram educadas por uma visão da África e seus descendentes com fortes referências de submissão e inferioridade. Essas marcas constituíram identidades que, de várias formas, negavam a ancestralidade africana. Não foi coincidência que os alunos convidados para participar do concurso de beleza negra não se sentissem negros, já que durante anos aprenderam, através de um discurso poderoso e perverso, que sua estética não era a mais apreciada pela sociedade.

Esses alunos criaram estratégias que perpassaram pela negação da ancestralidade africana, pois descobriram, desde muito cedo, esta memória permeada de sofrimentos. Chegaram à conclusão de que seu passado não era interessante, não quiseram se identificar com a história dos derrotados que é ensinada na História brasileira.

Para o pesquisador José Fernandes (2005), os livros didáticos, os principais instrumentos de leitura dos jovens afro-brasileiros nas escolas, ainda não se adaptaram às propostas multiculturais da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Esses manuais utilizam princípios discursivos que colaboram para a manutenção de uma representação da África e de seus descendentes que não mais figura nas produções acadêmicas. Para Fernandes,

[...] os livros didáticos [...] ainda estão permeados por uma concepção positivista [...] escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas. Quando aparecem nos didáticos [...] são tratados de forma pejorativa, preconceituosa e estereotipada (FERNANDES, 2005, p. 380).

Os discursos sobre a África nos livros didáticos de História foram analisados da seguinte forma por Anderson Ribeiro Oliva no seu artigo *A História da África nos bancos escolares*:

Silêncio, desconhecimento e representações eurocêntricas. Poderíamos assim definir o entendimento e a utilização da História da África nas coleções didáticas de história no Brasil. Das vinte coleções compulsadas pela pesquisa, apenas cinco possuíam capítulos específicos sobre a história da África. Nas outras obras, a África aparece apenas como um figurante que passa despercebido em cena, sendo mencionada como apêndice misterioso e pouco interessante de outras temáticas.

Tornou-se evidente também que, quando o silêncio é quebrado, a formação inadequada e a bibliografia limitada criam obstáculos significativos para uma leitura imprecisa e distorcida sobre a questão (OLIVA, 2003, p. 428).

No período compreendido entre 2003 e 2007 houve um aumento significativo dos cursos de especialização e extensão sobre a África e suas manifestações no Brasil. A demanda de informações das recentes produções sobre a África e como abordá-la em sala de aula fez com que professores e simpatizantes do tema procurassem aprimorar suas reflexões sobre o assunto. Contudo, observamos que as discussões priorizam os períodos modernos e contemporâneos da História.

É fundamental que haja mudanças nos discursos e não apenas nos conteúdos. Acreditamos na necessidade de implementação de dois novos discursos que podem contribuir para a formação dos alunos e professores: (1) ancoragem nos temas existentes nos livros didáticos; (2) divulgação das informações sobre a África na Antiguidade.

Definimos como ancoragem a possibilidade de ampliar a discussão a respeito dos conteúdos já existentes nos livros didáticos sobre a África desde o 6º Ano do Ensino Fundamental. No entanto, os discursos empregados nas aulas anulam esses conteúdos e o continente é tratado apenas como região de passagem da História, abordado com rapidez e desatenção. Como exemplo dessa necessária ancoragem, citamos alguns conteúdos nos livros didáticos do 6º Ano do Ensino Fundamental que apresentam a África e que, dificilmente, são contextualizados pelos professores de História como palco desse contexto: (a) Origem do homem e suas migrações para outros continentes; (b) Egito Antigo, Cartago, Núbia; (c) contatos étnicos dos gregos, romanos, fenícios e hebreus com etnias africanas. Enfim, assuntos que estão presentes atualmente nos livros, mas que precisam ser descortinados. A questão da ancoragem não é o tema principal deste texto, mas se faz necessária de discussão para evidenciar que não basta capacitar os profissionais e alunos sem alterar o discurso que os mesmos fazem da História.

O segundo discurso, que sugere a ampliação sobre a África Antiga, é a proposta principal desta discussão. As pesquisas e cursos intensificados com a promulgação da Lei 10.639/2003 destacaram a História Africana após a Expansão Marítima e Comercial Européia nos séculos XV e XVI. Esse corte temporal não altera os atuais discursos sobre a África e seus descendentes, visto que inicia a discussão com a África subjugada, escravizada.

Não estamos invalidando as leituras sobre a África que são produzidas para explicar o período Moderno e Contemporâneo. No

entanto, acreditamos que a Antigüidade Africana e suas outras relações com os europeus podem contribuir para a configuração de novas representações sobre a África.

Os atributos físicos e culturais dos africanos e seus descendentes foram renunciados pelos discursos religiosos e científicos nos últimos cinco séculos. Nesses discursos, a condição do africano era análoga à do bárbaro. Construiu-se a representação do africano como selvagem, primitivo.

A formação da identidade por intermédio de uma postura contrastiva é um dos fundamentos mais comuns nas interações étnicas, pois dessa forma os grupos reconstituem a todo o momento os elementos formadores de sua identidade e alteridade em um constante sistema de oposição entre o "Eu" e os "Outros".

Ao trabalhar com a análise do discurso, percebemos que a palavra exerce um poder incomensurável, capaz de estender-se por inúmeras gerações, mas não pela eternidade. Assim, confiantes no fato de que o discurso sobre a África não é o mesmo desde a Antigüidade, debruçamo-nos sobre um extenso *corpus* documental produzido pelos gregos para averiguar os discursos proferidos sobre o continente africano e seus habitantes.

A representação do africano na Grécia Antiga foi totalmente diferente dos valores construídos nos últimos 500 anos na História Ocidental. A relação era pautada na diplomacia e hospitalidade como nos indica Homero: "*Zeus e os demais deuses participam de um banquete com os etíopes que teve a duração de 12 dias*". (Ilíada, I, p. 423-425, grifo nosso); no reconhecimento de uma geografia misteriosa e abundante: "*Quando saíram da fonte o rei etíopes (sic) os levou a um cárcere onde todos os homens estavam presos com grilhões de ouro. Nada é tão escasso e precioso entre os etíopes quanto o bronze*" (HERÓDOTO, III, p. 23, grifo nosso); na abundância de recursos: "*Vens pela voz, batos, porém Apolo Rei manda-te viver na Líbia rica em rebanhos*" (HERÓDOTO, IV, p. 154, grifo nosso); na admiração pela longevidade: "*[...] de todos os homens que conhecemos os líbios são os mais saudáveis [...]*" (HERÓDOTO, IV, p.187, grifo nosso); no deslumbramento com a beleza e estatura: "*Segundo consta, os etíopes são os mais altos e belos de todos os homens. Seus costumes diferem dos de outros povos [...] julgam dignos de ser seu rei o concidadão [...] mais alto e cuja força seja proporcional sua estatura [...]*" (HERÓDOTO, III, p. 20, grifo nosso); no reconhecimento dos valores guerreiros e militares: "*Oh! Terra em que ressoa o ruído de asas, além dos rios da Etiópia [...]* Ide

mensageiros velozes, a um povo de alta estatura e de pele reluzente [...] a uma nação poderosa e dominadora [...]" (ISAÍAS, 18, 1-3, grifo nosso).

As citações acima descrevem uma relação com a África em que as características físicas e culturais foram enaltecidas e respeitadas. Portanto, indagamos: se os gregos na Antiguidade, formadores da base do pensamento ocidental, reconheceram a importância das relações étnicas com o continente africano, quando ocorreu a omissão da contribuição africana para a formação da sociedade ocidental? Esse questionamento foi levantado pelo historiador Martin Bernal que, em seu livro *Black Athena: The afroasiatic roots of classical civilization*, formulou a hipótese de que a formação étnica e cultural dos helenos não se constituiu apenas com as contribuições dos grupos indo-europeus, mas também com o aporte africano. Tais observações podem ser verificadas nas seguintes palavras de Heródoto:

Os trajes e a égide das imagens de Atenas foram copiados pelos helenos dos líbios, com a única exceção de que os trajes das líbias são em couro e as franjas pendentes de suas égides não são serpenteadas, mas correias; quanto ao resto, seus paramentos são os mesmos. O próprio nome, aliás, já demonstra que os paramentos das estátuas de Palas vêm da Líbia; efetivamente, as líbias põem por cima de suas roupas peles de cabra sem os pelos, guarnecidas de franjas e pintadas com garança, e dessas peles de cabra os helenos tiraram o nome das égides. Em minha opinião, foram também os líbios os primeiros a emitir gritos agudos que acompanham as cerimônias religiosas, pois esse uso é muito difundido entre as líbias, e elas são exímias nele. Foi ainda dos líbios que os helenos aprenderam a atrelar quatro cavalos juntos. (HERÓDOTO, IV, p. 189).

O discurso sobre a África produzido na Antiguidade, em especial pelos gregos, remete a uma descrição pouco explorada pelos estudos africanistas. Verificamos que nos documentos não há preconceito em relação à cor da pele, não há referências ao preconceito racial, não há discurso de inferiorização do africano, ao contrário, os discursos enaltecem o vigor físico, o uso da justiça, a destreza em combate e a beleza física. São informações que contribuem para o estabelecimento de uma relação alternativa entre europeus e africanos.

Concluímos que os cursos de especialização e extensão das mais diversas instituições brasileiras poderiam inserir em suas ementas algumas considerações sobre a África na Antiguidade e Medieval. Dessa forma, os profissionais de educação teriam uma visão histórica sobre a África mais abrangente e condições de sugerir novos discursos em suas práticas para propiciar que o educando construa representações outras que não sejam apenas aquelas marcadas pela inferioridade, passividade, submissão e sofrimento.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega, 1998.

AZIZ, Philippe. **Os impérios negros na idade média**. Rio de Janeiro: 1978.

BAINES, J.; MÁLEK, J. **O mundo egípcio**. Rio de Janeiro: Delprado, v. 1-2, 1996.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e Discurso: História e Literatura**. São Paulo: Ática, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BERNAL, Martin. **Black Athena: The afroasiatic roots of classical civilization: the archaeological and documentary evidence**. New Jersey: Rutgers University Press, 1989.

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras: a organização da cultura das diferenças culturais**. Boston: Little Brow & Co., 1969.

BARTHES, Roland. **Sistema da moda**. São Paulo: USP, 1970.

_____. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1971.

BOURGEOIS, Alan. **La Grece Antique Devant La Negritude**. 5 ed. Paris: Prèsence Africaine, 1971.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

COQUERY, Catherine. **A Descoberta de África**. Lisboa: Edições 70, 1965.

ESQUILO. **Os persas**. Trad. Mario da Gama Cury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

FELICIANO, José Bueno. **A Voz da Raça**. In.: SISS, Ayhas. **Multiculturalismo, Educação brasileira e Formação de professores: Verdade ou ilusão?** Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd. Rio de Janeiro: 2005.

FERNANDES, José Ricardo de Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p 378-388, dez. 2005.

FRANK M. Snowden, Jr. **Before color prejudice**. London: Harvard University Press Cambridge, 1983.

_____. **Blacks in antiquity**. Massachusetts: Harvard University Press Cambridge, 1970.

GOBINEAU, Arthur de. Essai sur l'inégalité des races humaines. In: **Oeuvres**. Tomo I. Paris: Gallimard, 1983.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GOUVÊA, Guaracira et al. **Pesquisas em Educação**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HERÓDOTO. **História**. Trad. de Mário da Gama Cury. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

HOMÉRE. **Iliade**. Paris: Société d'édition, 1965.

_____. **Odisséia**. Paris: Société d'édition, 1965.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1996.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. v II. Lisboa: Europa-América, 1991.

MELLO, José Guimarães. **Negros e escravos na Antiguidade**. São Paulo: UNIMAR, 2000.

MOKHTAR, G. **História geral da África: A África antiga**. v. II. São Paulo: Ática, 1983.

MUNANGA, Kabengele. A Importância da História da África e do negro na escola brasileira. In.: **Diversidade e Educação**: o desafio para construção de uma escola democrática. São Paulo: NEINB, 2004.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, p. 421-461, 2003.

POUTIGNAT, P.; FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

SAID, Edward S. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.

SHINNIE, P. L. **Meróe – uma civilização do Sudão**. Lisboa: Editorial Verbo, 1967.

SILVA, Alberto da Costa. **A Enxada e a lança**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

POESIA AFRO-BRASILEIRA DA MEMÓRIA

*Simone de Jesus Santos**

RESUMO

O presente artigo trata da memória de afro-brasileiros enquanto elemento base de criação literária. Conforme essa temática, são analisados textos de autoria dos escritores Oswaldo de Camargo, Oliveira Silveira e Luiz Silva – Cuti. Reconfiguração de tradições e vivências, bem como reflexão sobre o fazer poético, são representadas nos versos selecionados.

Palavras-chave: Literatura Negra. Memória. Afrodescendência.

RESUMEN

El presente artículo trata de la memoria de los afrobrasileros como elemento base en la creación literaria. Conforme essa temática, textos de autoría de los escritores Oswaldo de Camargo, Oliveira Silveira y Luiz Silva – Cuti presentan la temática propuesta. Reconfiguración de tradiciones y vivencias, así como reflexión sobre el quehacer poético se representan en los versos seleccionados.

Palabras clave: Literatura negra. Memoria. Afrodescendencia.

ABSTRACT

This article discusses the memory of the Afro-Brazilians as a base element for literary creation. Following this theme, the article examines texts by Brazilian writers Oswaldo de Camargo, Oliveira Silveira and Luiz Sila-Cuti. Reconfiguration of traditions and life experiences, as well as reflections on poetry-making, are represented in the selected verses.

Keywords: Black Literature. Memory. Afro-descendency.

*Trabalho em transe
Do coração à tez
overdose
e osmose
de lucidez
(CUTI, 2002, p. 82)*

“O trabalho em transe” descrito nos versos introdutórios do presente texto evoca o processo de criação literária. No metapoema citado, os vocábulos “coração” e “lucidez” podem ser lidos numa conotação de

* Graduada em Letras (Universidade Federal da Bahia) e mestra em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro / Universidade Federal da Bahia).

emoção e razão que se fundem na escrita literária; o sentimento do eu lírico, na poesia, se junta à laboração com o ritmo e a rima dos vocábulos. Outrossim, a função metalinguística¹ oportuniza leitor/autor a refletir criticamente acerca do fazer poético.

Ao discutir o conceito de disposição anímica para a compreensão da Poética, Emil Staiger (1997, p. 59-60) propõe que a poesia pode representar fatos ocorridos em diferentes momentos no tempo. A recordação, a recriação do passado em versos é o objeto desta leitura. No presente texto, analiso como a memória é elemento de criação literária de escritores afro-brasileiros.

A chamada literatura negra ou afro-brasileira é produzida desde o século XVIII (CAMARGO, 1987, p. 26). Mas, segundo estudiosos como Silvano Santiago (2002), Florentina Souza (2005) e Jônatas Conceição (2004), a década de 70 do século XX é o momento no qual o discurso literário se associa a um projeto político de resgate da cultura de afrodescendentes no Brasil. A literatura negra apresenta especificidades de tradições e vivências afro-brasileiras na contemporaneidade e *per si*, é amplo suporte de memória cultural; o seu sujeito de enunciação é um grupo de certa forma "esquecido" na sociedade. Conforme a professora Maria Nazareth Fonseca, essa literatura

[...] procura assumir as ligações entre o ato criativo [...] e a relação dessa criação com a África, [...] insiste na constituição de uma visão vinculada às matrizes culturais africanas e, ao mesmo tempo, procura traduzir as mutações inevitáveis que essas heranças sofreram na diáspora (FONSECA, 2006, p. 23).

A literatura negra pode ser lida como aquela que representa a memória integrante de um universo afro-brasileiro e daqueles indivíduos que assumem tal identidade. Na expressão de Jean Starobinsky, "o sentimento, coração indestrutível da memória, induz à busca da reunião de elementos que permitirão ao sujeito reconstruir a sua história" (STAROBINSKY, 1991, p. 204). Neste sentido, essa outra produção literária reúne elementos que buscam propiciar tal re-construção. A literatura negra recupera o passado dos afro-brasileiros, elaborado sob o imaginário nacional do preconceito étnico-racial e, ao mesmo tempo, propõe uma outra perspectiva de representação, uma representação positiva.

¹ A noção de metalinguagem foi cunhada pelo formalista Roman Jakobson em seu texto intitulado *Linguística e poética* (1974).

A MEMÓRIA NA LITERATURA NEGRA

Para as sociedades africanas, a memória é elemento chave na transmissão de valores e tradições. Os *griots* – homens e mulheres contadores de histórias – são encarregados de manter vivos saberes antigos que atravessam gerações. Já na mitologia grega, *Mnemosyne* era a deusa da memória, fornecia a capacidade de lembrar. O líquido contido no seu poço fazia vir à tona as lembranças de quem dele bebia. E por outro lado, quem bebesse do poço de *Lethe* teria a sua memória apagada; daí a relação *lethea* = esquecimento e *alethea* = não esquecimento.

A *memória*² pode ser definida como a capacidade de reter conhecimentos; é reconhecimento, é relato, é recordação, é narração. Lembrar, relatar, narrar, recordar são ações estritamente vinculadas à reconstrução de uma história seja no nível de linguagem oral, seja no nível escrito. A memória é também espaço de enunciação. É o movimento duplo, que, segundo Ernest Renan (apud POUTIGNAT; FENART, 1998, p. 235), caracteriza-se pelo lembrar/esquecer; atividade seletiva que permite guardar determinados fragmentos que são re-ordenados e re-escritos.³ Essa re-escrita no texto literário propicia a recordação de fatos outrora vivenciados e sua respectiva transfiguração. Na literatura negra, os escritores resgatam um passado vivenciado por afrodescendentes no Brasil e o transformam a partir dos versos.

Na leitura proposta, apresento alguns textos dos escritores afro-brasileiros Luiz-Silva Cuti,⁴ Oliveira Silveira⁵ e Oswaldo de Camargo⁶. Por

² Definição do Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 2003.

³ O estudo de Sigmund Freud é relevante para descrever a memória. Conforme o psicanalista, “o que quer que pareça importante por seus efeitos imediatos ou diretamente subseqüentes é recordado; o que quer que seja julgado não essencial é esquecido. Quando consigo relembrar um acontecimento por muito tempo após sua ocorrência, encaro o fato de tê-lo retido na memória como uma prova de que ele causou em mim, na época, uma profunda impressão. Surpreendo-me ao esquecer uma coisa importante, e talvez me sinta ainda mais surpreso ao recordar alguma coisa aparentemente irrelevante” (FREUD, 1899, p. 1).

⁴ Luiz Silva, pseudônimo Cuti, nasceu na cidade de Ourinhos (São Paulo) em 31 de outubro de 1951. É Doutor em Letras pela UNICAMP. Militante da causa negra, foi um dos fundadores e mantenedores da série *Cadernos Negros*, a qual dirigiu entre 1978 e 1993. É um dos criadores, além de membro atuante, do *Quilombhoje*, entre 1983 e 1994.

⁵ Oliveira Silveira nasceu em Rosário do Sul, município situado na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, em 1941. Faleceu no primeiro dia de 2009. Formado em Letras, Oliveira Silveira foi pesquisador, historiador e um dos idealizadores da transformação do 20 de Novembro em data máxima da comunidade negra brasileira.

motivo de melhor análise, aproximei os textos conforme suas respectivas temáticas. Apresento, em primeiro lugar, o texto intitulado *Oficina*, de autoria de Luiz-Silva Cuti:

OFICINA

Escavo memória de escravo
quando escrevo
e elejo a mais bela flor
das fugas
de tanta dor sofrida
ao sol

o cravo
será sempre vermelho
na lapela deste riso solto ao vento
e seu perfume
leve como vôo de ave
desenhando futuro no pôr-do-sol
(CUTI, 2002, p. 87).

Nestes versos estão presentes a reflexão sobre o fazer poético e a memória. A oficina certamente é o lugar onde o “artesão da palavra” constrói o seu texto poético. O conceito de metalinguagem elaborado por Roman Jakobson (1974) e ampliado por outros estudiosos como Haroldo de Campos (1972), Ivete Walty e Maria Zilda Cury (1998) propicia entender que o texto pode ser descrito nele mesmo e apresentar elementos de sua própria constituição.

Em *Oficina*, há a definição de literatura, do processo criativo na textualidade afro-brasileira. A memória de escravo é apresentada como quintessência dos versos acima. O passado da escravidão permeado de dores e de fugas precisa ser posto em evidência; como motivo poético é também o que possibilita o pensamento de um futuro melhor. Observa-se, então, a transfiguração do tempo da escravidão.

Ecléa Bosi discute o trabalho da memória como um re-pensar do passado com as idéias que se tem no presente. Segundo a autora,

⁶ Publicitário, jornalista e um dos mais destacados escritores negros das últimas décadas, Oswaldo de Camargo nasceu em Bragança Paulista (São Paulo), em 24 de outubro de 1936. Em 1959, passou a atuar como revisor de *O Estado de São Paulo*. Estréia na literatura neste mesmo ano, com os poemas de *Um homem tenta ser anjo*, de nítida inspiração católica, que obteve boa repercussão na crítica.

[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição no conjunto de representações que povoam a nossa consciência (BOSI, 1994, p. 55).

No poema *Oficina*, o cravo pode ser lido como “imagem e idéia de hoje” para repensar um período de sofrimento; imagem-símbolo da rememoração da dor, é também descrito como a mais bela flor das fugas. Sua cor vermelha alude ao sangue derramado do escravo; ao mesmo tempo, a flor na lapela tem o perfume comparado ao leve vôo em direção ao pôr do sol e torna-se esperança de um futuro melhor; apresentado num efeito visual que vem desde o mais profundo, onde se escava, em direção ao mais alto, onde se alça vôo.

A crítica à época da escravidão e a associação da palavra escravo ao “cravo” é uma constante também nos versos a seguir. Face à menção de um passado negativo, a crença numa perspectiva de outro futuro em construção permanece. Atentem para o poema.

CRAVOS VITAIS

escrevo a palavra
escravo
e cravo sem medo
o termo escravizado
em parte do meu passado
criei com meu sangue meus quilombos
crivei de liberdade o bucho da morte
e cravei para sempre em meu presente
a crença na vida.
(CUTI, 1978, p. 57)

A oposição entre morte e vida aparece no título. Os cravos que denotam a dor são tomados como “vitais” – machucam, mas são elementos geradores da vida. Na primeira estrofe, a aliteração do fonema /v/ dá ritmo aos versos que elegem o termo escravo como elemento a ser deixado no passado. O verbo escrever pode ser lido como gesto de criação poética; escrita que recorda o passado da escravidão para, ao mesmo tempo, abandoná-lo. Configura-se, então, um projeto literário que parte de uma consciência de resgate do passado afro-brasileiro e constitui um discurso da memória. Memória que pressupõe uma ação de reconstruir o presente: “criar quilombos”, “crivar o bucho da morte”. Novamente a aliteração, dessa vez com os fonemas

/kr/, fornece o ritmo da criação: é preciso manter a “crença na vida”, apesar do passado de dor.

Esse outro modo de vivenciar o presente também é apresentado nos versos de Oliveira Silveira, a seguir.

CANTAR CHARQUEADA

Até eu cantei charqueada
Chorando a sorte do boi.
Mas descobri que meu canto
Tem raízes noutra campo:
Por trás das cancelas mudas,
Por trás das facas agudas.

Meu canto é uma carne escura
Charqueada a relho na nalga;
Carne que se compra e vende
E de bem longe se importa
Se salga, seca e só perde
Quando já é carne morta

E meu canto é dessa carne
Que não é minha e me dói
Sangrando no sol da tarde
De um tempo que enfim se foi
Cabe a mim cantar charqueada
Chorando a sorte do boi?
(SILVEIRA, 1970, p. 37)

O título nos remete a um diálogo intertextual – o poema e as cantigas populares da produção de charque. Segundo Julia Kristeva (1974, p.64), que amplia a concepção de dialogismo de Mikhail Mikhailovitch Bakhtin, o texto “[...] se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade e a linguagem poética lê-se como dupla”.

Em *Cantar Charqueada* há a apropriação de elementos presentes nas cantigas populares. O vocábulo “cantei” no “pretérito perfeito” pode ser lido como ação descrita num passado não longínquo; cantar charqueada, cantar “a sorte do boi”.

Os primeiros versos do poema demonstram, através da conjunção “até”, o tom da surpresa do eu lírico face ao canto que para ele agora se desvela. A cantiga do boi torna-se passado devido à transformação de sua identidade. Frantz Fanon (2007) e Stuart Hall (2006) tratam da importância dos sistemas de representações culturais para a formação

da identidade do sujeito e destacam como a literatura cumpre esse papel. Logo, é da valorização positiva da cultura afrobrasileira e da aproximação com a mesma que se configura a identidade do eu lírico, como expresso nos versos: *Meu canto é uma carne escura / Charqueada a relho na nalga / Carne que se compra e vende / E de bem longe se importa / Se salga, seca e só perde / Quando já é carne morta.*

O verbo no presente reconstrói um outro motivo para o "canto" e para os "versos"; metalinguagem que descreve o texto poético e dialoga de modo criativo, com as cantigas cantadas na charqueada do Rio Grande do Sul. Ivete Walty e Maria Cury (1998, p. 12) afirmam que a metalinguagem é "a linguagem que fala da linguagem, [...] é inerente ao trabalho criador, [...] atravessa formas diversas de linguagem de formas recorrentes e interativas e é um recurso auto-reflexivo do qual se valem as produções culturais".

O reconhecimento de um outro canto, de um outro verso, surge nessa reflexão do texto literário. A memória e a metalinguagem são imbricadas: *E meu canto é dessa carne / Que não é minha e me dói / Sangrando no sol da tarde / De um tempo que enfim se foi*; o eu-lírico se volta para sua ancestralidade, motivo maior de valorização da expressão de sua palavra. Para Laura Padilha (1995, p.10), a ancestralidade "constitui a visão negra africana do mundo. Tal força faz com que os vivos, os mortos, interajam, formando o elo de uma mesma e indissolúvel cadeia significativa". A ancestralidade e a herança também se entrelaçam com o elo do passado doloroso lembrado no seguinte poema do mesmo autor.

FAZ MUITO TEMPO

Já faz muito tempo
E o tempo mudou.
Mas eu assumo a dor
De meu tataravô
A dor da chibata
E do banzo que mata.
Já faz muito tempo.
Já faz muito longe.
Eu não vi
Não ouvi
Mas ecoou em mim
E eu não esqueci.
(SILVEIRA, 1970, p. 37)

Nestes versos, as lembranças do eu lírico são vinculadas ao grupo social da família. Ao assumir a dor experimentada pelo tataravô, dor que

não viu, dor que não ouviu, mas que nele ecoa de modo inesquecível, a memória se apresenta com seu aspecto não-linear, com o seu caráter de fragmento. O eu lírico traz à tona a recordação da *dor da chibata / e do banzo que mata* sofrida pelo seu tataravô; a evocação de suas lembranças é sustentada pelas recordações de outros.

Ecléa Bosi afirma que

[...] muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história* dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. [...] elas foram enriquecidas por outrem. [...] reflexões que escutamos e que calharam bem com nosso estado de alma, estão a um passo da assimilação, e do esquecimento da verdadeira fonte (BOSI, 1994, p.407).

Ecléa Bosi também discute a importância da família, dos ascendentes para o conhecimento do tempo passado do indivíduo. Maurice Halbwachs (apud BOSI, 1994, p. 407), por sua vez, apresenta o caráter transubjetivo da memória e toma como ponto de partida o papel das instituições sociais.

A relevância desse aspecto transubjetivo reside no entrecruzamento de discursos que constroem a história do sujeito e da família ou de um outro grupo de pertencimento: o grupo étnico. O grupo étnico pode ser entendido como uma comunidade que estabelece estratégias entre si, e a chamada literatura negra ou afro-brasileira pode ser uma forma para se resgatar o passado de afro-brasileiros.⁷

Como nos versos acima, de autoria de Oliveria Silveira, a dor é tema também no seguinte poema de Oswald de Camargo:

LEMBRO-ME, SIM, ESTIVE-LÁ!

Dor no território negro!
Dor no território negro!

Os olhos, de verem tanta noite,
fecharam-se à treva vergastante
da fofa luz da herdade do senhor.
Lembro-me, estive lá: a ladainha
Dos lábios, hesitante, despedira-se
com um "ora pro nobis"!
A reverência das velas rumo à sala,
retas e brancas, esguias, cavoucando
a hora escura.

⁷ Estudiosos como Max Weber e Fredrik Barth apresentam o conceito de etnicidade como uma construção social (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Súbito o grito – ô – cresceu depressa
ante as portas do ouvido, um “ô” tão longo
para viver nos séculos.
Lembro-me, estive lá... Ainda rouco
Adormece-me dentro e arfa
o contorno do grito desmaiado
antanho na memória.
Lembro-me, sim, estive lá!
Dor no território negro!
Dor no território negro!
(CAMARGO, 1984, p. 33)

A lembrança é evocada desde o título do poema. O pronome oblíquo seguinte ao verbo “lembrar” conjugado na primeira pessoa do singular reforça a presentificação do passado feita pelo eu lírico. O fato em questão é a dor causada pela morte. Os versos “Dor no território negro” e “fofa luz da herdade do senhor” demonstram que a dor vivenciada pelo outro fora provocada no contexto da escravidão.

Os elementos que configuram uma oposição se apresentam num jogo de contrastes e criam uma imagem fúnebre e de lamento: “trevas vergastantes” X “fofa luz”; “velas retas e brancas” X “hora escura” compõem o cenário presenciado pelo eu lírico. Cenário de aflição e dor, sentimentos que podem ser lidos como intensos em virtude da repetição do verso “Dor no território negro!”, através do qual o eu lírico anuncia a morte. Esta, por sua vez, é divulgada por um grito intenso capaz de atravessar séculos.

A dor que ultrapassa gerações, ou melhor, a herança lida nos versos de Oliveira Silveira, também se apresenta nos versos de Oswald de Camargo como fato inesquecível. A angústia do negro provocada pelos desmandos do senhor branco é mantida viva na lembrança – “Lembro-me, sim, estive lá!”.

Lembrança viva na história dos afro-brasileiros, a crueldade do sistema da escravidão é parte da história nacional brasileira evidenciada por escritores afrodescendentes no Brasil. Como declara Hugo Achugar (2006, p. 201), “a memória é um dos campos – se não, o campo por excelência – em que se processam múltiplas mudanças. Um campo de batalha onde o presente debate o passado como uma forma de construir um futuro”.

O passado da escravidão é razão de debate na construção de um outro futuro para afro-brasileiros em razão das desastrosas conseqüências que gerou. Crises identitárias, exclusão e preconceito étnico-racial são algumas delas. O desenraizamento, a sensação de estar fora do lugar

também pode ser incluído nesta enumeração. O retorno ao contexto de origem é tema a seguir:

RELEMBRANDO

Vós que soubestes de mim quando eu cantava
Ou escolhia as espigas, vós, senhores,
Jamais observastes
A decisão dos meus pés...
Há reentrâncias de sombras
Nas gretas dos meus artelhos,
Os pés sonhavam o norte,
Vós me tangestes ao sul.
Pousei os olhos no morro,
Vi Banzu na ponta verde
Do morro...
Vós, senhores, se eu cantava,
não reparastes meu som
correndo à praia, como ave
de volta ao seu ramo verde.
Vós, senhores, não deixastes

Voltar - me nunca a Banzu! (CAMARGO, 1984, p.35)

Nestes versos, a subjetividade do eu lírico demonstra o sentimento de um povo desenraizado. No seu texto intitulado *Olhar e memória*, José Moura Gonçalves Filho apresenta a importância do enraizamento de um povo:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação, real, ativa e natural da existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (GONÇALVES FILHO, 1988, p.101).

Já o desenraizamento é descrito por Edward Said (2006, p. 45) como “[...] uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e o seu verdadeiro lar; sua tristeza essencial jamais pode ser superada”.

O texto intitulado *Relembrando* demonstra bem essa fratura; o eu lírico recupera na memória as atividades exercidas longe de sua terra natal; o desejo de retornar à terra de origem, tão ignorado pelos senhores. Estes, por sua vez, são apresentados como aqueles que percebem a presença do eu que cantava, colhia espigas, enfim trabalhava; contudo, ignoravam a reentrância de seus pés que se decidiam pelo caminho de sua terra natal e o sentido de seu canto que reclamava a volta para a sua terra.

Os dois últimos versos *Vós, senhores, não deixastes / Voltar-me nunca a Banzu* resumem a idéia do desenraizamento que, segundo Simone Weil (apud GONÇALVES FILHO, 1988, p. 110), "é a mais perigosa doença das sociedades humanas", já que está vinculado a uma origem e também se relaciona com uma memória coletiva.

Ecléa Bosi, por sua vez, também discute a desarticulação de seu lugar de origem: "Como na natureza, as belas organizações são irreversíveis, quando se perdem não se reconstituem [...] não há memória para aqueles a quem nada pertence" (BOSI, 1994, p.110).

Ao indivíduo escravo expatriado só resta a lembrança e o saudosismo – "Pousei os olhos no morro / Vi Banzu na ponta verde / Do morro"; só resta a recordação de querer estar num lugar e, por imposição de alguém, estar noutra: "Os pés sonhavam o norte / Vós me tangestes ao sul". O desenraizamento reforça a idéia do esquecimento das origens, tal como a lenda africana na qual o negro havia de dar várias voltas em torno de uma árvore para esquecer seus antepassados antes de seguir viagem. Situar-se na direção contrária à desejada é também distanciar-se da lembrança dos seus próprios objetivos, da sua terra natal; é apagar sua memória, sua história, o conhecimento sobre si mesmo.

CONCLUSÃO

A recuperação de um passado por parte dos afrodescendentes no Brasil pela via de uma re-criação literária é presente desde o período colonial; os negros "retirados" forçosamente de suas culturas re-configuram as suas tradições. Os chamados sistemas de canto, situados nos espaços urbanos brasileiros do século XIX, foram espaços de reconfiguração de ritos africanos no novo contexto.

Na contemporaneidade, as festividades dos congados nas comunidades quilombolas mineiras são resultado das lembranças de cerimônias religiosas africanas re-elaboradas na fusão de elementos judaico-cristãos. Nas artes plásticas, afro-brasileiros como Waldeloir Rego, Emanuel Araújo e Mestre Didi tomam por base de sua criação estética uma ancestralidade africana. Ou seja, é objetivo de muitos intelectuais, artistas e escritores afro-brasileiros a re-memoração constante do universo africano em diáspora.

No que tange aos poemas ora apresentados, é a vivência dos afro-brasileiros que se funde com a criação artística dos poetas; ou ainda, como descreve Leda Martins (2001, p. 76), na textualidade afro-brasileira encontram-se "[...] identidades recriadas, as lembranças e as

reminiscências, o corpus, enfim, da memória que cliva e atravessa os vazios e hiatos resultantes das diásporas".

A literatura dita negra ou afro-brasileira busca preencher os espaços vazios de um passado silenciado. O silêncio ao qual os negros foram relegados é quebrado por uma enunciação afro-brasileira re-escrita nos textos literários. Segundo Eneida Leal Cunha (apud SILVA, 2004, p. 12), a literatura negra traça fios essenciais para a memória da afrodescendência no Brasil. Portanto, os textos aqui apresentados, representam uma pequena amostra de diferentes culturas e tradições desveladas pelos fios mnemônicos constituintes de uma tessitura literária afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito**. São Paulo: Edição do Autor, 1987.

CAMARGO, Oswaldo de. **O Estranho**. São Paulo: Kempf, 1984.

CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem & outras metas**. São Paulo: Record, 1972.

CONCEIÇÃO, Jônatas. **Vozes Quilombolas: uma poética brasileira**. Salvador: Edufba/Ilê Aiyê, 2004.

CUTI. **Poemas da Carapinha**. São Paulo: Ed. do autor: 1978.

CUTI. **Sanga**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Versão eletrônica: 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2007.

FREUD, Sigmund. Lembranças encobridoras. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Ed. Eletrônica. v. III, 1899.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1974.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARTINS, Leda. A oralitura da memória. In: FONSECA, Maria Nazareth (Org). **Brasil afro-brasileiro**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NOVAES, Adauto (Org). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTIAGO, Silvano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Rocco, 2002.

SILVA, Jônatas Conceição da. **Vozes quilombolas: uma poética brasileira**. Salvador: Editora EDUFBA; Ilê Aiyê, 2004.

SILVEIRA, Oliveira. **Banzo: saudade negra**. Rio Grande do Sul: Ed. do autor, 1970.

SILVEIRA, Oliveira. **Pêlo escuro: poemas afro-gaúchos**. Rio Grande do Sul: Ed. do autor, 1970.

STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

WALTY, Ivete Lara Camargos; CURY, Maria Zilda Ferreira. **Textos sobre textos: um estudo da metalinguagem**. Belo Horizonte: Dimensão, 1998.